

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE/CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

OTMAR PLEC

SOCIEDADE DE GARANTIA DE CRÉDITO
COMO UMA SOLUÇÃO NA CONCESSÃO DE CRÉDITO
PARA MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS
NO OESTE DO PARANÁ

Toledo
2010

OTMAR PLEC

**SOCIEDADE DE GARANTIA DE CRÉDITO
COMO UMA SOLUÇÃO NA CONCESSÃO DE CRÉDITO
PARA MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS
NO OESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível de Mestrado, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Professor Dr. Weimar Freire da Rocha Jr.

Toledo
2010

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB - 9/924

P724s Plec, Otmar
Sociedade de garantia de crédito como solução na
concessão de crédito para micro, pequenos e médios
empresários no Oeste do Paraná / Otmar Pelc. - Toledo, PR :
[s. n.], 2010.
103 p.

Orientador: Dr. Weimar Freire da Rocha Jr.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Crédito bancário 2. Pequenas e médias empresas -
Finanças 3. Cooperativas de crédito 4. Sociedade de Garantia
de Crédito I. Rocha Jr., Weimar Freire da, Or. II. T

CDD 20. ed. 332.742
334.2

OTMAR PLEC

**SOCIEDADE DE GARANTIA DE CRÉDITO
COMO UMA SOLUÇÃO NA CONCESSÃO DE CRÉDITO
PARA MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS
NO OESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível de Mestrado, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Jr. (orientador)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Ricardo Roberto Behr
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Carlos Alberto Piacenti
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 8 de março de 2010

PLEC, Otmar. **Sociedade de garantia de crédito como uma solução na concessão de crédito para micro, pequenos e médios empresários no oeste do Paraná.** 2010. 103f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo.

RESUMO

O Trabalho realiza uma investigação empírica sobre as dificuldades da Micro e da Pequena Empresa na obtenção do crédito junto ao mercado financeiro e sobre a implantação de uma Sociedade de Garantia de Crédito na Região Oeste do Paraná como ferramenta facilitadora de acesso ao crédito junto aos bancos. O objeto de estudo será a Micro, a Pequena e a Média Empresa (MPME) e as instituições financeiras da Região Oeste do Paraná. Foram analisados 1250 questionários aplicados a empresas da Região de uma população total de 48.350 empresas e 23 instituições financeiras. A dissertação tem como objetivo contribuir para o avanço do conhecimento das dificuldades que cercam as MPMEs e diagnosticar se a falta de garantias e a assimetria de informação são fatores inibidores na tomada de recursos junto aos bancos na região Oeste do Paraná. A conclusão deste estudo contribui para a academia no sentido de examinar a viabilidade desta nova ferramenta na ajuda do desenvolvimento da região, ferramenta que, em outros países, tem tido destaque como facilitadora e apoiadora das MPMEs como força transformadora da sociedade e que vem sendo fomentada pelo SEBRAE num trabalho conjunto com diversas entidades.

Palavras-chave: Crédito. Assimetria de informação. Garantias. Sociedade de Garantia de Crédito.

PLEC, Otmar. **Credit guarantee organization as a solution in providing loans to micro, small and medium entrepreneurs in the western region of Paraná.** 2010. 103f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo.

ABSTRACT

Work carried out on a empirical research on the difficulties of Micro and Small Company in obtaining credit from the financial market and the establishment of a Credit Guarantee Organization in the Western Region of Paraná as a tool for facilitating access to credit from bank. The object of study is the Micro, Small and Medium Company- MSME and Financial Institutions of the Western Region of Paraná. Where 1250 questionnaires were analyzed of a total population of 48,350 companies and 23 financial institutions. The dissertation aims to contribute to the advancement of knowledge of the difficulties surrounding the MSMEs from the region and diagnose if the lack of guarantees and the asymmetry of information are inhibiting factors on getting resources from the banks. The conclusion of this study contributes to the academy to examine the feasibility of this new tool in helping the development of the region than in other countries has been highlighted as a facilitator and supporter of the SMEs as a transforming force in society and that has been fostered by SEBRAE together with various entities.

Keywords: Credit. Asymmetric information. Collateral. Credit guarantee organization.

DEDICATÓRIA

A Deus que tem sido meu amparo e proteção nas diversas etapas de minha vida provendo sempre a orientação necessária nas diversas adversidades e desafios.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores que durante esta caminhada me conduziram pelos caminhos do conhecimento.

Em especial ao professor Weimar que como orientador acadêmico dedicou seu tempo na orientação na condução deste trabalho.

A Renate, minha esposa que sempre esteve ao meu lado nesta árdua fase de estudos e trabalhos que requereu muito amor e paciência.

Aos nossos filhos que mesmo distantes tem incentivado a conclusão desta etapa.

Aos colegas de classe que nestes dois anos foram grandes amigos e companheiros dividindo e ajudando a carregar as cargas uns dos outros.

Aos pesquisadores de campo onde juntos pudemos realizar as visitas às empresas e instituições colhendo os dados necessários à pesquisa.

Ao SEBRAE, ao Instituto Gralha Azul e a Syts onde juntos pudemos realizar os estudos e etapas para a implantação da Sociedade de Garantia de Crédito – GARANTIOESTE que foi implantada em novembro de 2009.

A Diretoria do Instituto de Desenvolvimento Regional Oeste do Paraná pelo apoio logístico e orientação de seus diretores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Crescimento da economia mundial.....	17
Gráfico 2 – Crescimento Produto Interno Bruto.....	18
Gráfico 3 – Evolução do crédito: saldo operações de crédito.....	21
Gráfico 4 – Evolução do crédito: crédito doméstico.....	22
Gráfico 5 – Evolução do crédito: total % PIB.....	22
Gráfico 6 – Evolução <i>spread</i> bancário consolidado no longo prazo.....	23
Quadro 1 – Composição do sistema financeiro nacional.....	28
Figura 1 – Os números do cooperativismo brasileiro.....	40
Figura 2 – Taxas médias de juros mensais.....	41
Figura 3 – Estrutura de capital na SGC.....	48
Figura 4 – Fluxo operacional SGC.....	49
Figura 5 – Fundo de contragarantia.....	50
Mapa 1 – Microrregiões geográficas do Paraná.....	55
Mapa 2 – IDH-M – Estado do Paraná 2000.....	60
Mapa 3 – Índice de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa - ID-MPE – 2008..	61
Gráfico 7 – Motivo pela falta de acesso ao crédito.....	64
Gráfico 8 – Modalidades de crédito mais utilizadas.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dependências de instituições financeiras.....	36
Tabela 2 – Correspondentes no país.....	36
Tabela 3 – Cooperativas de crédito no mundo.....	39
Tabela 4 – Cálculo de financiamento no Banco do Brasil com garantia FAMPE.....	44
Tabela 5 – PIB estadual, regional e microrregiões 2006	58
Tabela 6 – PIB <i>per capita</i> estadual, regional e microrregiões 2006.....	59
Tabela 7 – Setor econômico.....	62
Tabela 8 – Faturamento anual das empresas pesquisadas.....	63
Tabela 9 – Utilização de recursos de terceiros nos últimos 12 meses.....	64
Tabela 10 – Tipo de financiamento mais concedido às MPMEs últimos 12 meses.....	66
Tabela 11 – Necessidade atual de crédito das MPMEs.....	67
Tabela 12 – Conhecimento de linhas de crédito.....	68

LISTA DE SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil
CMN – Conselho Monetário Nacional
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONFIDI – Consórcio de Garantia Coletiva na Itália
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
FAMPE – Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FUNPROGER – Fundo de Aval de Geração de Emprego e Renda
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ID-MPE – Índice de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa
MPME – Micro, Pequena e Média Empresa
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG – Organização não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB – Produto Interno Bruto
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda
SCM – Sociedade de Crédito ao Micro Empreendedor
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFN – Sistema Financeiro Nacional
SGC – Sociedade de Garantia de Crédito
SUMOC – Superintendência da Moeda e Crédito
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
UN/DESA – United Nations/Department of Economic and Social Affairs
WOCCU – World Council of Credit Union
World Bank – Banco Mundial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETIVOS	15
1.3 ESTRUTURA	16
2 CRÉDITO	17
2.1 CRÉDITO NO BRASIL DURANTE A CRISE FINANCEIRA	21
2.2 REGULAMENTAÇÃO	24
2.2.1 Regulamentação do Sistema Financeiro	27
2.2.2 As Entidades Supervisoras do Sistema	29
2.3 O BANCO CENTRAL E O MICROCRÉDITO	30
2.4 MICROCRÉDITO	31
2.4.1 O Mercado Brasileiro de Microcrédito	33
2.5 CORRESPONDENTES NO PAÍS	35
2.6 COOPERATIVAS DE CRÉDITO	37
2.6.1 Cooperativas de Crédito no Brasil	39
2.7 FONTES DE GARANTIA E FINANCIAMENTO ÀS MPMES	42
2.7.1 Fundo de Aval às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FAMPE)	42
2.7.1.1 Condições do FAMPE	43
2.7.1.2 Custo de garantia	43
2.7.2 Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER)	45
2.7.2.1 Características do FUNPROGER	45
2.8 SOCIEDADE DE GARANTIA DE CRÉDITO	46
2.8.1 Estrutura de uma Sociedade de Garantia de Crédito	48
2.8.2 Fluxo Operacional da SGC	49
2.8.3 Sistema de Garantias SGC	50
3 HIPÓTESES	52
4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	53
4.1 DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	57

4.1.1 Produto Interno Bruto	57
4.1.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	58
4.1.3 Empresa por Setor Econômico e Faturamento	60
5 ANÁLISE DOS DADOS RELATIVO AO TRABALHO.....	62
5.1 CRÉDITO	62
5.2 FUNDO DE AVAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (FAMPE)	67
5.3 PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (PNMO)	69
5.4 SOCIEDADE DE GARANTIA DE CRÉDITO	71
6 CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXOS	83

1 INTRODUÇÃO

Grande parte da população do mundo, aproximadamente 49%, vive em situação de miséria a ponto de sobreviver com menos de U\$ 2,50/dia. Esse contingente de 3,14 bilhões de pessoas não tem acesso às condições básicas de vida, como saúde, alimentação, vestuário e, muito menos, crédito. Do contingente supramencionado, cerca de 500 milhões de indivíduos ganham a vida trabalhando por conta própria em microempreendimentos (pequenos negócios que empregam até cinco pessoas) ou como empregados informais desses microempreendimentos (ALVES; SOARES, 2004).

Esses microempreendedores, apesar de seu senso de negócio e dinamismo, perdem oportunidades de crescer com segurança por não terem acesso a serviços financeiros adequados tanto em termos de crédito quanto de poupança. Estima-se que a massa sem acesso a esses serviços represente mais de 80% do universo de microempreendedores que atuam em países subdesenvolvidos, recorrendo a fontes de recursos familiares ou de amigos e a agiotas. (ALVES; SOARES, 2004).

No Brasil, o sistema financeiro não atende às necessidades das micro, pequenas e médias empresas (MPME) e, muito menos, as dos trabalhadores que atuam por conta própria. Como nas demais partes do mundo, existe um contingente de indivíduos que possuem um negócio e dele tiram seu sustento sendo a sua única fonte de renda. Caso esse negócio seja extinto, essas pessoas perdem a sua renda, isso acarretando problemas sociais que comprometem a qualidade de vida da população. Estima-se que, no Brasil, existam cerca de 14 milhões de pequenas unidades produtivas que atuam por conta própria e a maioria delas demanda crédito para ampliar seus negócios. As linhas de créditos para essa parcela de empresas inexistem, porém, ou são pouco divulgadas -- ademais o acesso ao crédito bancário oficial é restrito e caro. Estimativas apontam para a informação de que a demanda por crédito para as pequenas unidades de crédito equivaleria a um montante de aproximadamente 11 bilhões de reais, o que corresponde a menos de um por cento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (ALVES; SOARES, 2004).

Em estudo do Banco Mundial, segundo Anjali (2004 apud CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004, p. 17), em nove regiões metropolitanas, estima-se que 43% dos brasileiros não possuem conta bancária.

A rede bancária registrou, de 2004 a 2008, um aumento de 39,3% no número de contas correntes, que evoluíram de 90,2 milhões para 125,7 milhões no período. O

número de contas poupança cresceu 35,5%, passando de 67,9 milhões para 92,0 milhões no mesmo período. Mesmo assim, esses números estão longe de poder incluir a grande parte da população nesse tipo de serviço, em que o ideal seria que cada cidadão pudesse ter ao menos uma conta poupança para movimentar seus recursos e investir sua poupança. Nos números citados não é levado em conta o fato de que muitos correntistas possuem mais de uma conta em seu nome (FEBRABAN, 2008).

Esse grande número de brasileiros desatendidos por conta bancária ocorre em um país cujo sistema financeiro é muito desenvolvido, sofisticado e complexo, com instituições financeiras dotadas de elevada solidez e ampla sofisticação da atividade financeira. O reduzido volume de crédito aliado às taxas e ao custo de serviços elevado torna difícil o acesso das micro e pequenas empresas ao sistema e se torna mais difícil para o microempreendedor.

O sistema financeiro brasileiro possui uma elevada capacidade de defesa e de reorientação diante de mudanças no cenário econômico com uma vulnerabilidade externa crônica e com uma dimensão reduzida das relações de financiamento que amplificam os efeitos de perturbações macroeconômicas (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004).

A crise global que eclodiu no último trimestre de 2008 afetou drasticamente as MPMEs por meio do corte de crédito e da elevação dos juros num momento em que essas empresas mais necessitavam dos mecanismos de refinanciamento e de apoio financeiros para enfrentar as flutuações dos mercados. As linhas externas que financiam as exportações foram reduzidas a um volume insignificante para atender à demanda do mercado, sendo repassadas a grandes empresas a um custo reduzido em detrimento das pequenas empresas. Essas perturbações macroeconômicas se refletiram também nas linhas de crédito domésticas, cujas instituições financeiras se recolheram, esperando clarear o horizonte, deixando principalmente os pequenos empresários à deriva, sem capital de giro e sem recursos para fazerem frente às necessidades imediatas. Esse tipo de comportamento é um dos principais fatores de propagação da instabilidade econômica e de mortandade elevada dos pequenos empreendimentos, fenômeno que concentra renda e destrói capacidade empresarial, muitas vezes de forma irreversível (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004).

Para ocupar esse nicho de mercado, surgiu em diversos países, a crescente indústria microfinanceira com o foco nas pessoas carentes. O conceito de microfinanças difere do microcrédito, em que o primeiro é entendido como a oferta de serviços bancários a pessoas de baixa renda, especialmente dos pobres e dos muito pobres (CHRISTEN; LYMAN; ROSENBERG, 2003). O microcrédito é definido como a concessão de empréstimos de baixo

valor a pequenos empreendedores informais e a microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. Trata-se de um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE et alii, 2002).

Dentre os poucos mecanismos de crédito disponíveis aos micro e pequenos empresários se encontram os fundos de aval, como é o caso do Fundo de Aval de Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER). Esse fundo atua com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e é gerido pelo Banco do Brasil. É também o caso do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), que é gerido pelo SEBRAE e que teve um crescimento acentuado a partir da alteração de sua regulamentação em 2007.

A introdução, no Brasil, de Sociedades de Garantia de Crédito (SGC) é outro instrumento de crédito às MPMEs que tem sido fomentado e implantado por intermédio do SEBRAE. Essas são instituições de caráter privado com a finalidade de complementar as garantias exigidas de seus associados nas operações contratadas com instituições financeiras. Devem ser integradas majoritariamente por micro e pequenos empreendimentos, conforme definição prevista na Lei Federal Complementar nº 123/2006 e prestar assessoramento e dar suporte técnico às operações de crédito pretendidas, reduzindo a falta de informações e propiciando, por intermédio da garantia dada às instituições financeiras, taxas mais baixas às MPMEs, tomadoras de crédito.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

O reduzido volume de crédito é o elemento central da superficialidade financeira da economia brasileira. Diante da menor instabilidade econômica interna ou externa, o corte do crédito e a elevação dos juros acompanham momentos em que as MPMEs mais necessitam de recursos de refinanciamento e de apoio financeiro para enfrentar as flutuações de mercado.

Na estrutura oligopolizada do setor financeiro, os bancos líderes organizam a concorrência evitando uma guerra de preços e a ampliação indesejada da oferta em direção aos segmentos tradicionalmente excluídos de sua atividade. Corroborando com esse

comportamento, temos a oferta de títulos públicos com juros elevados, provendo aos bancos alta rentabilidade e risco baixo.

As dificuldades de acesso ao crédito reforçam as desigualdades e estimulam um círculo vicioso que se reproduz continuamente. A concentração de renda que dificulta o aproveitamento das energias produtivas da sociedade é manifestada no mercado de crédito, onde as capacidades empreendedoras de uma parte importante da sociedade são esterilizadas pela dificuldade em obter crédito e serviços financeiros. “A questão essencial é que a desigualdade gera alocações pelas quais os pobres não têm meios de levar adiante projetos que poderiam ter um alto retorno social” (WORLD BANK, 2003, p. 15).

Assim, o problema de pesquisa desta dissertação será elucidar como uma Sociedade de Garantia de Crédito poderia contribuir para a melhoria das concessões de crédito à micro, pequena e média empresa no Oeste do Paraná.

Esta dissertação contribui para o aumento do conhecimento sobre as reais dificuldades enfrentadas pela MPME na obtenção de crédito, a partir do estudo feito junto às MPMEs e junto às instituições financeiras da Região Oeste do Paraná e demonstra a importância da implantação de uma SGC e benefícios que esta virá a trazer em termos de impacto econômico e social na Região.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta dissertação é verificar quais os fatores que geram dificuldades na concessão de crédito à micro, pequena e média empresa na região oeste do Paraná.

Os objetivos específicos são:

1. Identificar as formas de obtenção de crédito para a MPME na Região Oeste do Paraná.
2. Verificar se existe algum limitador para a obtenção de crédito para a MPME na Região Oeste do Paraná.
3. Identificar os pontos positivos e negativos em se implantar uma Sociedade Garantidora de Crédito.
4. Analisar o potencial de implantação de uma SGC no oeste do Paraná.

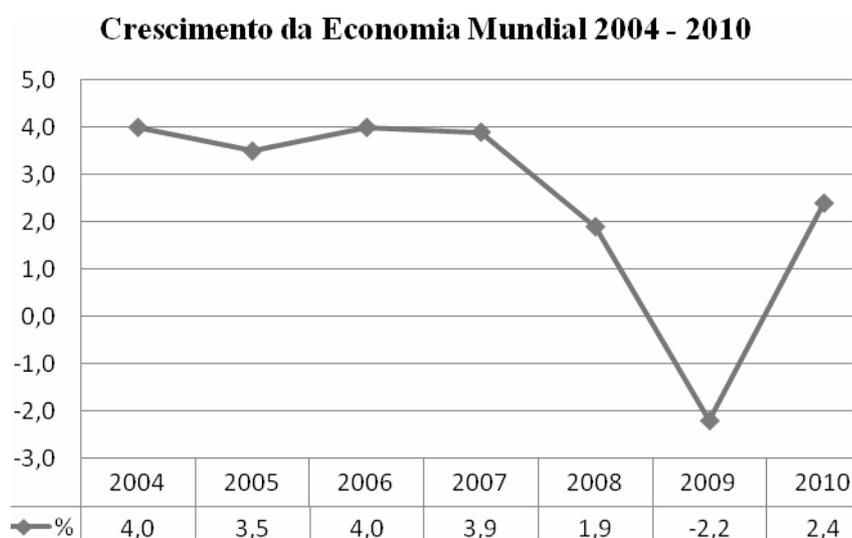
1.3 ESTRUTURA

Esta dissertação está estruturada em sei partes. Inicialmente é feita a introdução, contendo a apresentação do tema e objetivos do trabalho desenvolvido.

O capítulo dois trata do crédito e aspectos da crise financeira de 2008, da regulamentação de forma geral e sua importância junto ao sistema financeiro com a participação dos órgãos regulamentadores e do Banco Central na questão do microcrédito. Na continuidade do trabalho é abordado o microcrédito e os três pilares das microfinanças, seguido das fontes de garantia e de financiamento voltadas à micro e pequena empresa. O capítulo 3 apresenta as hipóteses, seguido do capítulo 4 com a metodologia. No capítulo 5 temos a análise, seguida da conclusão do trabalho.

2 CRÉDITO

Com a intensificação da crise financeira no final de 2008, governos ao redor do mundo disponibilizaram recursos em torno de US\$ 20 trilhões, algo ao redor de 30% do PIB mundial para recapitalizar bancos, assumindo parcialmente algumas instituições e garantindo amplamente os depósitos bancários e outros ativos financeiros. Além disso, medidas monetárias e fiscais foram tomadas na maioria das maiores economias mundiais para evitar uma maior recessão. Mesmo com as medidas tomadas, a queda no crescimento mundial foi significativa entre meados de 2008 e 2009, conforme Gráfico 1.

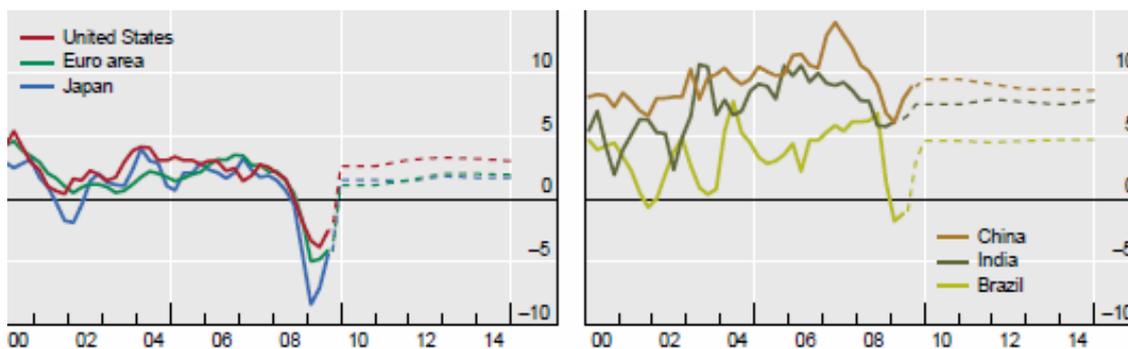


Fonte: UN/DESA, 2009.

Gráfico 1 – Crescimento da economia mundial

Dentre os países desenvolvidos, o Japão teve a maior queda e, entre os principais países em desenvolvimento, apesar da queda em relação a anos anteriores, a China e a Índia tiveram crescimento positivo e o Brasil, próximo de zero, conforme Gráfico 2.

Alterações anuais em %



¹ Taxas de crescimento, mais recentes disponíveis; previsões anuais finais de crescimento (ano a ano), após com base em dados da pesquisa do Consensus Economics de outubro 2009 -- previsões a longo prazo.

Fonte: World Economic Situation and Prospects, 2010.

Gráfico 2 – Crescimento produto interno bruto¹

A crise financeira eclodiu com o estouro da chamada bolha especulativa no mercado imobiliário americano e a queda do Banco de Investimentos Lehman Brothers, causados pela insuficiência de controles e de regulamentação do mercado financeiro e de capitais.

Diversos produtos têm sido criados no mercado financeiro e oferecidos a investidores, que, em sua grande maioria, são atraídos pelo ganho fácil, não sendo devidamente informados dos riscos que correm e da incerteza do valor futuro desses ativos, situação denominada, por Stiglitz, como incerteza ambiental. Para ele, há importantes riscos associados a muitos ativos. O investidor pode obter um retorno elevado ou mesmo uma perda – isto é, o investidor pode receber de volta menos do que ele investiu. Frequentemente essa incerteza diz respeito a qual será o valor do ativo na próxima semana, próximo mês ou próximo ano. O preço de uma ação pode subir ou descer. Títulos de longo prazo são arriscados, pois, apesar de ser conhecida a taxa de juros que pagam, seu valor de mercado pode flutuar. Além do mais, dado que há incerteza sobre a taxa de inflação, há incerteza sobre o retorno real pago pelo título, mesmo que o retorno nominal seja fixado (STIGLITZ; BOADWAY, 1994).

A assimetria de informação nesse mercado gera um comportamento no qual o risco moral cresce à medida que os ganhos se elevam em benefício dos negociadores desses ativos, ocultando, muitas vezes, informações que não podem ser adquiridas ou observáveis pelos investidores.

Para Herscovici (s.d.), quanto maior a assimetria de informação entre os agentes, mais custoso será o processo de acesso às informações relevantes e, conseqüentemente, maiores serão as distorções no mercado (ROSSATO; LÍRIO, 2009).

Devido ao dinamismo do mercado financeiro, fica difícil o monitoramento de suas operações. Atualmente o mercado imobiliário na China cresce a passos largos. Para investidores que pretendem adquirir papéis desse mercado (ex-ante) fica difícil observar o tipo ou a qualidade dos bens no outro lado do mercado, ou seja, uma das partes detém mais informação que a outra, o que Varian (1999) define como seleção adversa.

Do ponto de vista contratual, a seleção adversa pode ser encarada como oriunda de comportamentos oportunistas derivados da assimetria de informação em nível pré-contratual (PINTO JÚNIOR; PIRES, 2000).

À medida que ocorre uma incerteza quanto ao recebimento futuro dos créditos devido a uma mudança no cenário econômico mundial ou local, há o aumento do risco e, conseqüentemente, um aumento do *spread*, que ocasiona a elevação da taxa de juro. Os bancos passam a racionar o crédito, o que, como observa Braga (1998), deve ser entendido como uma situação em que parte da demanda por empréstimos não é atendida, mesmo quando, nesse conjunto, existem tomadores capazes e dispostos a arcar com os juros requeridos.

Com indícios de que a crise nos mercados financeiros iria se intensificar, os empréstimos feitos às economias emergentes pelos bancos internacionais tiveram uma redução substancial de U\$ 400 bilhões em 2007, voltando a ser positiva em U\$ 80 bilhões em 2009.

O retorno líquido do fluxo positivo de recursos, incluindo os recursos de desenvolvimento oficiais que foram de U\$ 120 bilhões anuais entre 2006 a 2008, deverá cair para cerca de U\$ 20 bilhões em 2009, devendo crescer para cerca de U\$ 66 bilhões em 2010 (WORLD ECONOMIC SITUATION AND PROSPECTS, 2010).

A diminuição do crédito disponível (inclusive para grandes empresas) se reflete de forma geometricamente progressiva junto às pequenas empresas para as quais o crédito praticamente desapareceu no Brasil. Esse fato pode ser notado na evolução do crédito, principalmente no crédito às pessoas jurídicas, conforme Anexo 1 ao 4.

Os *spreads* cobrados nas taxas de juros, conforme Anexo 5, permaneceram elevados especialmente aos clientes não considerados “triple AAA”. Bancos encontraram dificuldades em captar novos recursos junto aos investidores privados devido às elevadas restrições de empréstimo em 2009.

O aumento do *spread* cobrado sobre os financiamentos é um reflexo do aumento da inadimplência ocasionada pela retração da economia e pela dificuldade na obtenção de crédito, conforme podemos notar no Anexo 6.

Medidas importantes sobre políticas monetárias e fiscais foram tomadas pelos principais governos e Bancos Centrais, medidas que se mostraram acertadas, procurando injetar novos recursos por meio da redução dos depósitos compulsórios e da política fiscal, diminuindo os impostos para impulsionar o consumo por meio da redução dos preços das mercadorias (WORLD ECONOMIC SITUATION AND PROSPECTS, 2010).

As causas desses acontecimentos, analisados sob a ótica da Nova Economia Institucional (NEI), dentro dos pressupostos comportamentais como o oportunismo e a racionalidade limitada, nos mostram, no primeiro, o comportamento aético de instituições financeiras, cujos custos e consequências deveriam ser assumidos pelos que transacionavam tais operações, cujo comportamento visava o benefício próprio.

Essas atitudes oportunistas, que são postas em prática, não pela maioria, mas por uns poucos indivíduos que procuram almejar ganhos cada vez maiores, demonstram a fragilidade dos contratos existentes e das normas regulatórias dos mercados e que provocam um aumento nos custos de transação e do seu monitoramento pelos órgãos competentes (ZYLBERSZTAJN, 1995).

A intervenção dos governos na crise financeira ocorrida, socorrendo as instituições financeiras, provendo-as de liquidez para honrarem os contratos com seus depositantes, os quais viam com desconfiança o sistema financeiro como um todo, expôs claramente a necessidade de se criarem instrumentos que possam melhor controlar as operações oferecidas no mercado financeiro. Esse controle é reconhecido sob o ponto de vista da NEI, onde a operação e a eficiência de um sistema econômico tem suas limitações e gargalos influenciados pelo conjunto das instituições que regulam o ambiente econômico (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

O risco de novas bolhas especulativas permanece enquanto as reformas no sistema regulatório, disciplinando as operações de alto risco como operações de derivativos financeiros e outros instrumentos especulativos, não forem definidas e postas em prática.

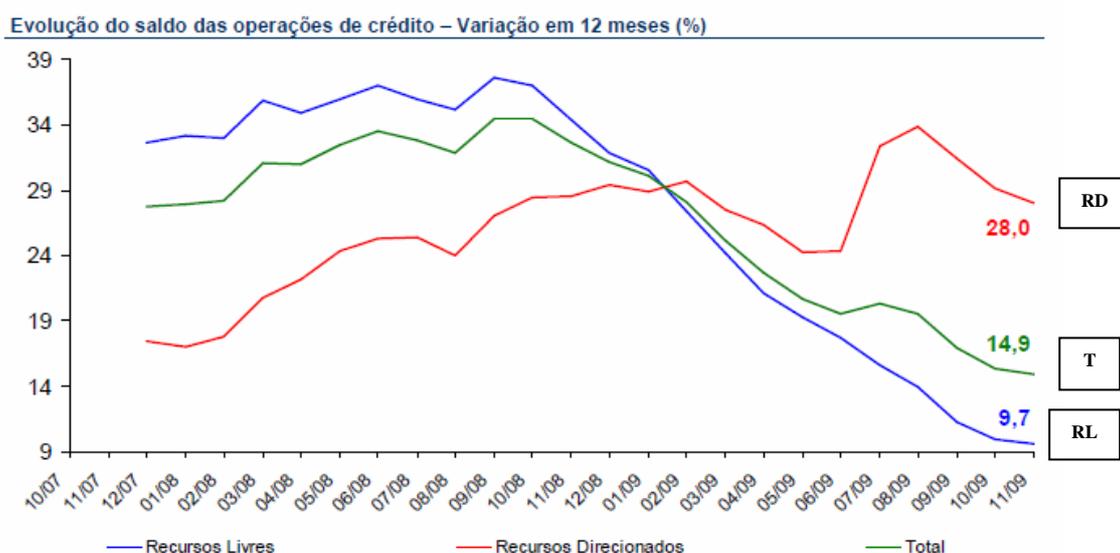
A forma como essas instituições se comportam, como se relacionam e de que maneira elas estão arrançadas na sociedade é o que caracteriza a eficiência, ou não, do sistema econômico. As instituições são, então, responsáveis pelo desempenho econômico das sociedades e por sua evolução (NORTH, 1994). Elas representam, ao longo da história, a manutenção da ordem e a redução das incertezas nas sociedades (NORTH, 1990).

Apesar do senso comum da criação de um novo órgão regulador do sistema financeiro, os defensores do livre mercado, como Alan Greenspan, ex-presidente do Federal Reserve (Banco Central Americano) põem em dúvida a capacidade de um regulador de risco antecipar futuras crises financeiras.

Segundo Greenspan (2009), certamente não é da competência de um regulador do sistema financeiro a tarefa de determinar quando será a próxima crise financeira. O risco de um colapso em todo o sistema é uma característica inevitável das economias de mercado (MELLO, 2009).

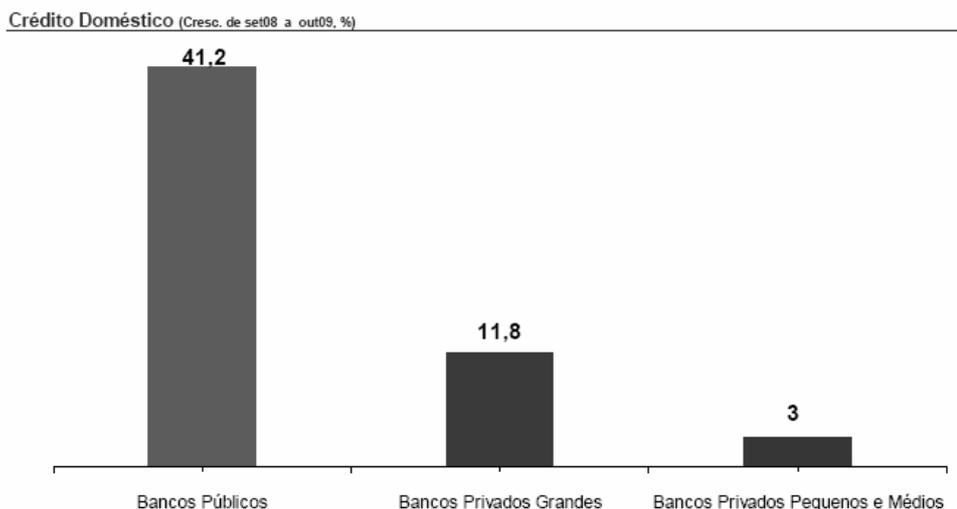
2.1 CRÉDITO NO BRASIL DURANTE A CRISE FINANCEIRA

O volume das operações de crédito no sistema financeiro brasileiro durante a crise não sofreu uma redução. Houve, sim, uma queda na evolução do saldo das operações de crédito, conforme Gráfico 3. A manutenção ou mesmo o pequeno crescimento se deve à forte atuação do governo e do Banco Central, principalmente por intermédio da atuação dos bancos públicos, que tiveram uma evolução no crédito doméstico de 41,2% contra 11,8% dos grandes bancos privados, conforme Gráfico 4.



Fonte: Banco Central do Brasil.

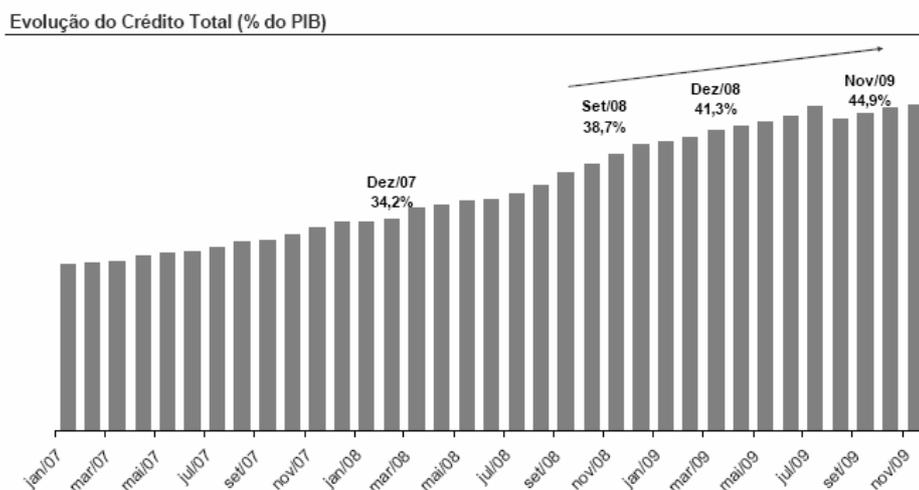
Gráfico 3 – Evolução do crédito: saldo operações de créditos



Fonte: Banco Central do Brasil.

Gráfico 4 – Evolução do crédito: crédito doméstico

As operações de crédito do sistema financeiro confirmaram, em novembro de 2009, a trajetória de expansão observada nos últimos meses, refletindo a retomada do nível de atividade econômica. Nesse cenário, o estoque total de crédito alcançou R\$ 1.389 bilhões, elevando-se 1,5% no mês e 14,9% em doze meses. Como resultado, o saldo total dos empréstimos passou a representar 44,9% do PIB, ante 44,6% em outubro e 38,9% em novembro de 2008, conforme Gráfico 5.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Gráfico 5 – Evolução do crédito: total % PIB

O *spread* bancário no longo prazo, refletindo a retração da economia, sofreu um aumento de 37,4%, subindo de 22,34% a.a para 30,7% a.a entre o início de 2008 e fevereiro de 2009, voltando ao nível do *spread* de 2003. No final de 2009, o *spread* já retornara ao nível pré-crise, conforme Gráfico 6.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Gráfico 6 – Evolução *spread* bancário consolidado no longo prazo

O crédito tem sido um fator de importância no desenvolvimento das economias de todo o mundo, que tem passado por diversas crises devido à evolução do mercado financeiro por meio da criação de operações que, muitas vezes, não são normatizadas e controladas pelos organismos que deveriam supervisioná-las e controlá-las. A criatividade dos agentes financeiros em criar novas operações envolvendo altos riscos e que têm procurado aumentar seus ganhos em detrimento da falta de controle sobre essas operações, tudo tem contribuído para as chamadas bolhas especulativas e crises nos mercados financeiros.

A regulamentação dessas operações e a atuação dos agentes têm sido temas de discussão entre os principais governos e mercados no mundo.

2.2 REGULAMENTAÇÃO

A regulamentação do sistema financeiro mundial tem sido uns dos temas mais citados na mídia quando o assunto é a crise global por que tem atravessado a economia mundial desde setembro de 2008 até o momento.

Apesar de, nos Estados Unidos da América, a primeira agência ter sido criada ainda no século XIX,

Regulamentação dos negócios nos Estados Unidos não começou com o New Deal, embora o Regulamento foi ampliado consideravelmente durante a administração de Franklin D. Roosevelt. "A primeira agência federal de regulamentação, a Comissão Interestadual de Comércio, foi criada pelo Congresso em 1887. Esta etapa simbolizou o início de uma nova era na regulamentação governamental dos negócios - uma era marcada pelo aumento da participação federal no programa de controle e aumentando o uso de órgãos administrativos como as agências de controle. (CARR et alii, 1955, p. 679 e 741).

O Estado ausente, em contraposição ao antigo regime, mostrou-se inoperante a partir das crises ocorridas no início do século XX, principalmente após a crise de 1929, fazendo crer necessária a presença do Estado na organização da economia (FONSECA, 2000).

O que se esperava era uma atuação de um maior controle sobre determinados setores, como os de utilização pelo público, bem como o estabelecimento de regras que assegurassem a competição saudável entre participantes de um mesmo ramo de atividade. Como citam Carr *et alii* (1955, p. 729–739), “[...] a regulamentação se destina a impedir o desenvolvimento do monopólio e da concentração do poder econômico que acompanha o monopólio”.

Com a implantação de agências reguladoras, estas viriam a satisfazer os anseios de se evitar a concentração de forças econômicas conduzindo a uma ação mais direcionadora e menos regulamentadora, garantindo assim a prática da concorrência.

A regulação consiste em forma de intervenção do Estado na economia, mas não de forma impositiva a ponto de engessar a livre iniciativa. A regulação consiste numa

modalidade de ação pública essencial à autorregulação formulada pelos próprios agentes de mercado:

O regulamento é principalmente um modo de ação pública. Este ponto é essencial. Todas as vezes que falarmos da auto, é claro que a regulamentação necessita da intervenção de um terceiro que esteja acima da disputa, vestindo o chapéu da imparcialidade e independência. É aqui que não se deve confundir ação pública do Estado e administração (Gallot, 2001, p. 5).

A dificuldade em se conceituar a regulação vem do fato de não se poder resumir a uma única definição, pois ela pode ser estudada de diversos ângulos. Baldwin, Hood e Scott (1994) destacam a regulação sob três aspectos:

a) Regras-objetivo:

Na sua forma mais simples, o Regulamento refere-se à promulgação de um conjunto de regras de autoridade, acompanhado por algum mecanismo, geralmente uma agência pública, para promover o acompanhamento e o cumprimento destas regras. Regra de decisão e acompanhamento / mecanismos de aplicação não devem estar localizados em uma única instituição (BALDWIG; HOOD; SCOTT, 1994, p. 3-4).

b) Intervenção direta do Estado na economia:

A segunda concepção mais ampla de regulação, comumente encontrada na literatura de economia política, tem todos os esforços dos órgãos estaduais para dirigir a economia. Assim, embora a legislação aplicada através de sistemas de execução viria dentro de tal definição, uma vasta gama de outros instrumentos de governo baseado na autoridade do governo, como a tributação e os requisitos de divulgação também podem ser incluídos. Mesmo instrumentos governamentais que dependem de gastos do governo ou uma organização contratante direta ou de propriedade pública podem ser considerados como instrumentos de regulação alternativos. Essa abordagem tem o mérito de uma variedade de ferramentas consideradas como possíveis alternativas para as formas tradicionais de regulamentação do tipo de controle "[...]" onde a regulamentação parece ser inadequada como meio para alcançar objetivos políticos, outras ferramentas podem ser usadas. "[...]" regulamento também não deverá ser visto como dedicado apenas a restrição: um aspecto importante do regulamento pode ser habilitação - não apenas a criação de incentivos, mas das condições que permitem que as atividades tenham lugar. (BALDWIG; HOOD; SCOTT, 1994, p. 3-4).

c) Abrangência de todos os mecanismos de controle social, por quem quer que os exerça:

A terceira definição, ainda considera que todos os mecanismos de controle social - incluindo os processos estatais e não-intencionais – sendo formas de regulação. "[...]" Além disso, uma vasta gama de atividades que envolvam normas legais ou quase legais, mas sem mecanismos de controle e execução, podem vir na definição. (BALDWIG; SCOTT; HOOD, 1994, p. 3-4).

A criação das agências reguladoras encontrou, nesse novo papel do Estado, justificativa de indicador de atividade privada a fim de que o mercado não seja inibido, concedendo liberdade de empreendimento.

As agências são dotadas de autonomia para regular os setores, expedir normas de acordo com suas especificidades, assim seus membros devem ter independência para aplicá-las sem influência externa. Essa independência pode ser questionada uma vez que os diretores gerais destas entidades são escolhidos pelo presidente da República, sendo, posteriormente, aprovados pelo Senado, o que conflita, de certo modo, com os ditames de democratização de uma nação.

O Estado, segundo as teorias normativas de regulamentação, deve interferir quando o sistema de transações impessoais de mercado, mediado somente pelos preços, falha em proporcionar uma alocação eficiente de recursos (FARINA *et alii*, 1997).

A regulamentação do sistema financeiro é prudencial quando se visa precisamente proteger o sistema financeiro como um todo, bem como proteger a segurança de depósitos de pequenas instituições. Quando uma instituição financeira se torna insolvente, não podendo reembolsar os depositantes e sendo ela uma grande instituição financeira, sua quebra poderia minar a confiança do público, fazendo com que haja uma corrida aos bancos, minando todo o sistema financeiro.

A regulamentação prudencial é geralmente muito mais complexa, difícil e cara do que a não regulamentação prudencial que pode ser praticada e autoexecutada por outras autoridades não financeiras, como, por exemplo, executivos nas suas próprias empresas. Já a regulamentação prudencial quase sempre exige uma autoridade financeira para a sua execução, como normas de adequação de capital, reservas e liquidez.

No contexto das microfinanças, “janelas” de discussões têm sido abertas com o intuito de criar normas e procedimentos visando à criação e ao desenvolvimento de

mecanismos que facilitem o acesso de micro e pequenas empresas ao mercado de crédito (CHRISTEN; LYMAN; ROBENBERG, 2003).

2.2.1 Regulamentação do Sistema Financeiro

Devido ao fato de a função exclusiva da emissão da moeda estar sob o Estado, o sistema financeiro esteve, na maior parte do tempo, protegido pela regulação estatal.

Nos Estados Unidos da América, além do Federal Reserve Board, foi instituída, em 1933, a Federal Deposit Insurance Corporation, com a finalidade de promover a estabilidade do sistema bancário e, conseqüentemente, da economia como um todo (CARR *et alii*, 1955).

Na França, a regulação da moeda é tarefa do Banco da França, que teve, a despeito de algumas objeções, a transferência de algumas de suas responsabilidades transferidas ao Banco Central Europeu.

Pode-se dizer que o dinheiro, é o elemento essencial da soberania, visto como delegado à gestão de uma instituição independente o banco da França (este por sua vez, deve reportar suas atividades ao Banco Central Europeu. (GALLOT, 2001).

A regulação no Brasil passou a ocupar um espaço maior com a criação de inúmeras agências destinadas a direcionar, com certa autonomia, um determinado ramo econômico, principalmente aquelas atividades voltadas à prestação de serviços de utilidade pública, que, no decorrer do tempo, passaram das mãos do Estado para o setor privado, uma vez que o Estado era ineficiente em sua administração. Dessa forma, a regulação é uma forma de direcionamento e de controle de alguns setores da economia indispensáveis à coletividade (FABRI, 2002).

O sistema financeiro, embora não pertencente ao sistema econômico, também é regulado, uma vez que suas atividades, conduzidas pelo Banco Central, exercem uma influência direta sobre toda a economia do país.

A composição do sistema financeiro nacional é composta conforme o Quadro 1, em que nos ateremos ao Conselho Monetário Nacional como órgão normativo, às entidades supervisoras e às operadores respectivos.

Composição					
Órgãos Normativos	Entidades Supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil - BACEM	Instituições Financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras bancos de câmbio	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Bolsa de Mercadorias e Futuros	Bolsa de Valores		
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	IRB - Brasil Resseguros	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC	Secretaria de Previdência Complementar - SPC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Fonte: Banco Central (2009).

Quadro 1 – Composição do sistema financeiro nacional

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão normativo que foi instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. O órgão é responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN. Integram o CMN, o Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil. Dentre suas funções estão: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa (BANCO CENTRAL, 2009).

2.2.2 As Entidades Supervisoras do Sistema

O Banco Central do Brasil (BACEN) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, que também foi criada pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, cuja estrutura atual do sistema financeiro nacional se funda na Lei nº 4.595, que tornou a antiga Superintendência da Moeda e Crédito - SUMOC no Banco Central do Brasil.

O Banco Central é administrado por um presidente e quatro diretores, escolhidos pelos membros do Conselho Monetário Nacional, todos nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, conforme artigo 84, inciso XIV da Constituição, sendo demissíveis *ad mutum*, ou seja, por intermédio de ato administrativo.

É o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, tendo por objetivos: zelar pela adequada liquidez da economia; manter as reservas internacionais em nível adequado; estimular a formação de poupança; zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro. Dentre suas atribuições estão: emitir papel-moeda e moeda metálica; executar os serviços do meio circulante; receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias; realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras; regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais; exercer o controle de crédito; exercer a fiscalização das instituições financeiras; autorizar o funcionamento das instituições financeiras; estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras; vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país (BANCO CENTRAL, 2009).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país. Para esse fim, exerce as funções de: assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão; proteger os titulares de valores mobiliários; evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação no mercado; assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os

tenham emitido; assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários; estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários; promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas (BANCO CENTRAL, 2009).

O Banco Central do Brasil tem um importante papel a cumprir como agente regulatório na política do microcrédito.

2.3 O BANCO CENTRAL E O MICROCRÉDITO

O Banco Central do Brasil (BACEN) vem se envolvendo desde 1992 com o microcrédito, mas com mais intensidade a partir de 1999, participando e promovendo reuniões, seminários, estudos e debates sobre o tema microfinanças. Essa participação tem como objetivo encontrar melhores caminhos para aumentar a oferta de serviços financeiros para a população com baixo IDH, gente que vive nas periferias das grandes cidades e que fica espalhada pelas diversas regiões do país, público esse que não desperta o interesse dos bancos tradicionais. Nessa linha, o BACEN tem trabalhado na construção do marco regulatório no que diz respeito ao cooperativismo de crédito e de microcrédito e ao sistema de correspondente no país (SOARES; SOBRINHO, 2008).

O Conselho Monetário Nacional (CMN), juntamente com o BACEN, seguindo diretrizes da política governamental, tem tomado medidas regulamentares, procurando a disseminação da prestação de serviços microfinanceiros por intermédio do cooperativismo de crédito, do microcrédito e dos correspondentes no país, considerados os três pilares das microfinanças dentro do BACEN (SOARES; SOBRINHO, 2008).

2.4 MICROCRÉDITO

A questão de acesso da população de baixa renda a serviços financeiros tem ganhado importância nos meios acadêmicos e no debate sobre políticas públicas. Como prova disso, a Organização das Nações Unidas instituiu o ano de 2005 como o ano Internacional do Microcrédito, escolhendo o Sr. Muhammad Yunus, fundador do Grameen Bank, como Nobel da Paz em 2006 (UOL NOTÍCIAS, 2006).

Essa experiência, internacionalmente a mais conhecida sobre microcrédito, foi desenvolvida em Bangladesh, considerado um dos países mais pobres do mundo. Em 1975, o professor de economia Muhammad Yunus constatou que, ao redor da Universidade de Chittagong, onde lecionava, as pessoas pobres não tinham acesso ao crédito nos bancos comerciais para financiar suas pequenas atividades produtivas, tendo que recorrer a agiotas. Lançando mão de seus próprios recursos e com a ajuda de seus alunos, o professor Yunus iniciou um trabalho de concessão de empréstimos a uma parcela daquela população pobre. Foram US\$ 27,00 para um grupo de 42 pessoas.

Após contatar alguns bancos privados e internacionais, enfatizando que os pobres são merecedores de crédito, pois pagam seus empréstimos, conseguiu doações e financiamentos junto a esses bancos para criar o Banco Grameen, que entrou em operação com os seguintes objetivos:

- 1) proporcionar facilidades bancárias às pessoas pobres, homens e mulheres;
- 2) eliminar a exploração dos pobres pelos “emprestadores de dinheiro”;
- 3) criar oportunidades de empreendedorismo para uma vasta multidão de desempregados na área rural de Bangladesh.

Um dos objetivos foi transformar as desvantagens das mulheres das vizinhanças pobres numa organização que pudesse ser entendida e gerenciada por elas mesmas, revertendo um antigo ciclo vicioso de baixa renda, baixa poupança e investimento, para um ciclo virtuoso de: baixa renda, injeção de crédito, investimento e maior renda, maior poupança e mais investimento, mais renda (GRAMEEN BANK, 2009).

Hoje esse Banco Grameen é reconhecido como instituição financeira que cobra taxas de mercado e vem ajudando milhões de pessoas pobres de Bangladesh a aumentar a produtividade de seus empreendimentos e a elevar sua qualidade de vida (BARONE, 2002, p. 13).

O crédito nesse Banco não é concedido na forma convencional adotada pelo sistema financeiro. Ele utiliza uma metodologia própria, a qual não requer garantias reais, pois essas garantias seriam impossíveis nesse grupo de clientes. Sua metodologia é baseada em dois pilares:

a) o aval solidário, baseado na formação de grupos de cinco pessoas da comunidade que avalizam umas às outras;

b) a análise e o acompanhamento dos devedores são realizados por uma pessoa especialmente capacitada, conhecida como agente de crédito.

O microcrédito, na definição de Nichter, Goldmark, Fiori (2002), é a “[...] concessão de empréstimos de relativamente pequeno valor, para atividade produtiva, no contexto das microfinanças”.

Para autores como Monzoni Neto (2006) e Soares e Sobrinho (2007), citados por Righetti (2009, p. 31-32), o microcrédito é a atividade que, no contexto das microfinanças, se dedica a conceder crédito de pequenos montantes e distingue-se dos demais tipos de empréstimos essencialmente pela metodologia utilizada, que em muito se diferencia da metodologia tradicional utilizada pelos bancos. É caracterizada por três elementos: agente de crédito, garantia solidária e empréstimos com prazos curtos e valores crescentes (SOARES; SOBRINHO, 2008).

Durante a primeira reunião de Cúpula sobre o Microcrédito, realizada em Washington DC em 1997 reuniram-se 2900 delegados de 137 países. Nessa reunião foi fechado um acordo para atingir, até final de 2005, a 100 milhões de famílias entre as mais pobres¹ no mundo, especialmente mulheres, concedendo créditos para indivíduos que trabalham por conta própria ou realizam outros serviços. O cumprimento dessa meta foi alcançado no final de 2007 e tocou a vida de cerca de 500 milhões de membros das famílias alcançadas.

Em 31 de dezembro de 2007, 3.552 instituições de microcrédito alcançaram 154.825 mil clientes, dos quais 106.585 mil estavam em situação de extrema pobreza quando tomaram seu primeiro crédito. Desses clientes, 83,4%, ou seja, 88.727 mil, eram mulheres. Mesmo atingindo o objetivo 24 meses após a data estabelecida, ainda há um longo caminho a percorrer (SAM, 2009).

¹ Mais pobres em países subdesenvolvidos refere-se a famílias cuja renda está abaixo de 50% da renda das famílias que vivem abaixo da linha da pobreza em seus países ou estão entre os 1,2 bilhões de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia (MICROCREDIT SUMMIT CAMPAIGN, 2009).

Um importante empecilho ao acesso das comunidades mais pobres aos mecanismos de crédito tradicionais (nos quais podemos incluir as linhas especiais de incentivo governamental a microempresários e a pequenos empresários) é a falta de instrumentos eficientes de garantia. Nessa linha, Soto (2001) aponta, como fator determinante para essa escassez de crédito, a falta de estrutura legal e de justiça que permita a essas comunidades a securitização seus bens, como moradias e oficinas de trabalho -- construídas em terrenos irregulares (SOARES; SOBRINHO, 2008).

O valor total dos imóveis de posse extralegal dos pobres no Terceiro Mundo e do extinto bloco comunista, segundo Soto (2001), é de pelo menos US\$ 9,3 trilhões. Esse valor representa cerca de 93 vezes mais do que todo o auxílio concedido na forma de desenvolvimento pelos países desenvolvidos ao Terceiro Mundo. Soto defende que, com a legalização desses ativos e a transformação em capitais passíveis de serem dados como colaterais, teriam um grande efeito sobre a economia desses países (SOARES; SOBRINHO, 2008).

2.4.1 O Mercado Brasileiro de Microcrédito

Existem, no Brasil, conforme pesquisa “Economia Informal Urbana de 2003”, realizada pelo IBGE em parceria com o SEBRAE, 10.525.954 pequenas empresas que possuem cinco ou menos trabalhadores. Desse total, 10.335.962 eram empresas informais e empregavam 13.860.868 pessoas.

Foi constatado que 94% dessas 10,3 milhões de empresas não se utilizaram, nos três meses anteriores à pesquisa, de crédito no desenvolvimento de suas atividades, conforme tabela do Anexo 7. Dos 6% das empresas que tomaram crédito, conforme tabela Anexo 8, somente 58%, ou seja, um pouco mais da metade tomou crédito junto a instituições financeiras, 16% com parentes e amigos, 16% junto a fornecedores e 10% junto a outras fontes (ECONOMIA INFORMAL URBANA, 2005).

No Brasil, as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) foram inicialmente regulamentadas pela Resolução nº 2.627/1999-CMN, isso devido à forte pressão desse segmento de mercado e tendo como premissa que os investidores se sentem mais seguros em alocar seus recursos em sociedades com modelos institucionais definidos e supervisionados por entidades federais.

Após vários aprimoramentos introduzidos pela Resolução nº 2.874, são permitidas as seguintes modalidades de atuação:

1) sem fins lucrativos por intermédio de ONGs e fundos municipais, sujeitas a restrições quanto aos juros máximos de 12% a.a e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), estas não sujeitas às restrições de juros máximos;

2) com objetivo de lucro, por intermédio de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), autorizadas pelo Banco Central, controladas por pessoa física ou jurídica, inclusive instituição financeira privada e OSCIP.

A Lei Federal nº 11.110, que criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) é de 25 de abril de 2005 e permitiu que as SCMs oferecessem outros serviços financeiros além do crédito, serviços definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O CMN, por intermédio da Resolução nº 3.567, de 29 de maio de 2008, aumentou o valor do capital realizado e patrimônio líquido mínimo para R\$ 200 mil e aumentou o índice de endividamento de cinco vezes o patrimônio líquido para dez vezes, permitindo às SCMs atuarem na prestação de serviço de correspondente no país, na concessão de financiamentos e prestação de garantias às micro e pequenas empresas (SOARES; SOBRINHO, 2008).

Em dezembro de 2007, decorridos nove anos da implantação do modelo SCMs, encontravam-se, atuando no mercado, 53 SCMs, sendo 69,8% na Região Sudeste, 17,0% na Região Sul e os demais 13,2% divididos entre as demais regiões, possuindo um patrimônio líquido de R\$ 49,6 milhões e ativos totais de R\$ 73,9 milhões por meio de 51.000 operações (SOARES; SOBRINHO, 2008).

O governo brasileiro tem feito esforços no sentido de promover o microcrédito, mas, como podemos notar pelos números acima, a quantidade de SMCs e o volume operado ainda é muito pequeno comparado ao potencial do mercado brasileiro. Pesquisadores conhecidos, como Christen (2003 apud SOARES; SOBRINHO, 2008, p. 54), defendem que a resposta está no custo de oportunidade.

Em países com sistemas financeiros desenvolvidos e com grande número de pessoas pobres (como Brasil, Argentina, México e Índia), banqueiros conseguem bons lucros com baixos custos de transação, onde, com um simples telefonema, podem negociar ativos e operações como derivativos em praticamente todos os locais do mundo capitalista. Para operarem em microfinanças necessitam de uma equipe treinada, o que demanda pelo menos três anos de investimentos em formação e em treinamento, cujo sucesso é indefinido

(SOARES; SOBRINHO, 2008).

Alguns bancos tradicionais começam a notar esse mercado e ainda timidamente operam no segmento do microcrédito. Esse é o caso do Unibanco – Fininvest e Microinvest, com forte atuação no Rio de Janeiro. Também é o caso do ABN Amro – Real, em São Paulo. O Banco do Nordeste do Brasil, precursor nesse programa, possui forte atuação no Nordeste por intermédio do programa Crediamigo e Agroamigo, este último voltado ao microcrédito rural, onde, em dezembro de 2007, já estava presente em 992 municípios, atuando por intermédio de 500 Assessores de Crédito, tendo aplicado, desde a sua implantação, R\$ 492,5 milhões por intermédio de 396 mil operações (SOARES; SOBRINHO, 2008).

2.5 CORRESPONDENTES NO PAÍS

Num país de dimensões continentais como o Brasil, a abertura de agências bancárias em várias regiões do país torna-se inviável devido a questões socioeconômicas. Dessa forma, torna-se fundamental a existência de mecanismos que facilitem a transferência de recursos para essas regiões e prestação de serviços como:

- a) recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança;
- b) recebimentos e pagamentos relativos a contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança, aplicações e resgates em fundos de investimentos;
- c) recebimentos e pagamentos de convênios de prestação de serviços;
- d) execução ativa e passiva de ordens de pagamento em nome do contratante.
- e) recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos.
- f) análise de crédito e cadastro.

A quantidade de pontos de atendimento de correspondentes bancários cresceu de 78,5 mil em dezembro de 2003 para 95,8 mil em dezembro de 2007, tendo tido, nesse período, um crescimento anual cinco vezes superior ao número de agências bancárias, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Dependências de instituições financeiras

	2003	2004	2005	2006	2007
Agências	17.773	18.720	18.685	19.061	19.413
Postos	33.268	36.746	38.189	39.193	40.950
Correspondentes no país	78.539	83.396	90.424	95.234	95.849

Fonte: Banco Central Brasil, 2008.

Dos 95,8 mil pontos, 49,6% estão instalados na Região Sudeste, 19,8% na Região Sul, 18,9% na Região Nordeste e 11,7% nas Regiões Centro-Oeste e Norte.

A Região Sul apresentou o maior crescimento entre o período de 2000 e 2007, com 149%, seguida da Região Nordeste com 143% e Centro-Oeste com 126%. A Região Sudeste foi a que apresentou o menor crescimento (12,7%), seguida da Região Norte (17,4%) (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Correspondentes no país

Evolução dos pontos de atendimento por região								
Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Centro-Oeste	3.482	3.778	4.114	4.334	4.579	4.998	7.766	7.884
Nordeste	7.450	9.241	9.701	10.276	11.167	13.134	18.092	18.149
Norte	2.837	3.066	3.236	3.399	3.513	3.774	3.134	3.332
Sudeste	42.116	45.485	48.202	50.852	53.756	57.328	49.084	47.500
Sul	7.624	8.359	9.014	9.678	10.381	11.190	17.158	18.984
Brasil	63.509	69.929	74.267	78.539	83.396	90.424	95.234	95.849

Fonte: Banco Central Brasil, 2008.

Dos 95.849 pontos de atendimento, somente 17.000 foram autorizados pelo Banco Central do Brasil (BCB), operando com recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósito à vista, a prazo, poupança e aplicações e resgates de fundos de investimentos.

No ano de 2001 foram feitas 696.573 pagamentos e recebimentos, no valor total de R\$ 29.642 milhões, contra 1.611.450 operações em 2007, no total de R\$ 195.956

milhões (SOARES; SOBRINHO, 2008).

O mecanismo de correspondente no país representa uma forma promissora de melhora na prestação de serviços financeiros para as populações com baixo IDH e tem servido de modelo para países como África do Sul, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Índia, México e Vietnã.

As instituições que mais têm participado desse sistema são: A Caixa Econômica Federal (por intermédio das casas lotéricas), o Banco do Brasil (por intermédio do Banco Popular do Brasil S.A.) e o Bradesco (que firmou um contrato com os Correios no projeto Banco Postal). Desde dezembro de 2002 não existem municípios desassistidos no Brasil (SOARES; SOBRINHO, 2008).

2.6 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Cooperativa de crédito é instituição financeira constituída sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como: concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no país, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor (PINHEIRO, 2008).

Em diversos países, as cooperativas de crédito são um importante instrumento de desenvolvimento. Na Alemanha, segundo Meinen; Domingues; Domingues (2002), elas respondem por cerca de 20% de todo o movimento financeiro-bancário no país e possuem cerca de quinze milhões de associados. O Rabobank, na Holanda, uma união de dois bancos cooperativos (Coöperatieve Centrale Raiffeisen-Bank, em Utrecht, e o Coöperatieve Centrale Boerenleenbank, em Eindhoven) e atende a mais de 90% das demandas financeiras rurais. Nos EUA há mais de 12 mil unidades de atendimento cooperativo apenas no sistema Credit Union Nacional Association (CUNA). Além dessas unidades, existem os bancos cooperativos agrícolas, que respondem por mais de um terço dos financiamentos agropecuários norte-americanos.

A primeira Cooperativa conhecida e reconhecida como tal surgiu na Inglaterra, em 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester, onde 27

tecelões e uma tecelã fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, que, individualmente e mensalmente, participavam com a economia de uma libra durante um ano. Os tecelões de Rochdale buscavam, naquele momento, uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetia a preços abusivos, à exploração da jornada de trabalho de 16 horas e ao desemprego advindo da revolução industrial.

Essa pequena cooperativa passou a mudar os padrões econômicos da época, dando origem ao movimento cooperativista e, dez anos mais tarde, já contava com 1.400 cooperados.

Por volta de 1849 surgiram as cooperativas de crédito Schulze-Delitzsch, idealizadas pelo alemão Hermann Schulze (1808-1883), magistrado nascido em Delitzsch, que fundou bancos populares entre os artesões e foi o autor do projeto que serviu de base à elaboração do primeiro Código Cooperativo, promulgado em 27 de março de 1867, na Alemanha. Schulze entendia que a associação é o meio encontrado pela sociedade para atuar de forma eficaz em setores que o Estado não consegue atingir (COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL E NO MUNDO, 2009).

Em seu último relatório com base em 2008, englobando 97 países, o World Council of Credit Union's (WOCCU) informa haver 53.689 cooperativas de crédito com cerca de 185 milhões de membros. Se considerarmos as Associações de Bancos Cooperativos na Europa, teremos 57.851 cooperativas com 235,1 milhões de membros, poupança de US\$ 4,9 trilhões, empréstimos de US\$ 4,9 trilhões, reservas de US\$ 115 bilhões e ativos de US\$ 8,8 trilhões, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Cooperativas de crédito no mundo

	Número	Número	%	US\$ mil	US\$ milhões	US\$ milhões	US\$ milhões
Continentes/Países	Coop.Créd.	Membros	PEA*	Poupança	Empréstimos	Reservas	Ativos
África	18.220	20.116.921	8,8	4.387.564	3.748	183	3.042
Ásia	21.076	35.002.737	2,6	71.625.360	55.338	4.924	92.010
Caribe	482	2.330.035	23,4	2.859.191	2.297	368	3.426
Europa	2.569	8.728.915	3,7	21.404.287	14.207	3.377	24.959
América Latina	2.083	14.919.786	4,7	17.291.980	18.413	3.449	27.501
América do Norte	8.977	100.816.442	44,1	850.869.919	728.274	100.219	1.010.858
Oceania	282	3.885.401	17,8	27.302.934	24.778	2.793	32.013
Total	53.689	185.800.237		995.741.235	847.058	115.316	1.193.811
Europa	**						
Assoc.Coop.Bancos	4.162	49.347.932		3.958.242	4.034.555		7.580.315
Brasil	886	3.326.131	2,5%	8.064	8.048	24.451	12.829
Estados Unidos	7.969	89.918.538	43,7%	691.766	574.752	89.061	825.812

* Penetração na população economicamente ativa calculada dividindo o nº de membros pela população economicamente ativa

** Assoc. Cooperativas de Bancos na Europa em 21 países europeus

Fonte: WOCCU, 2008.

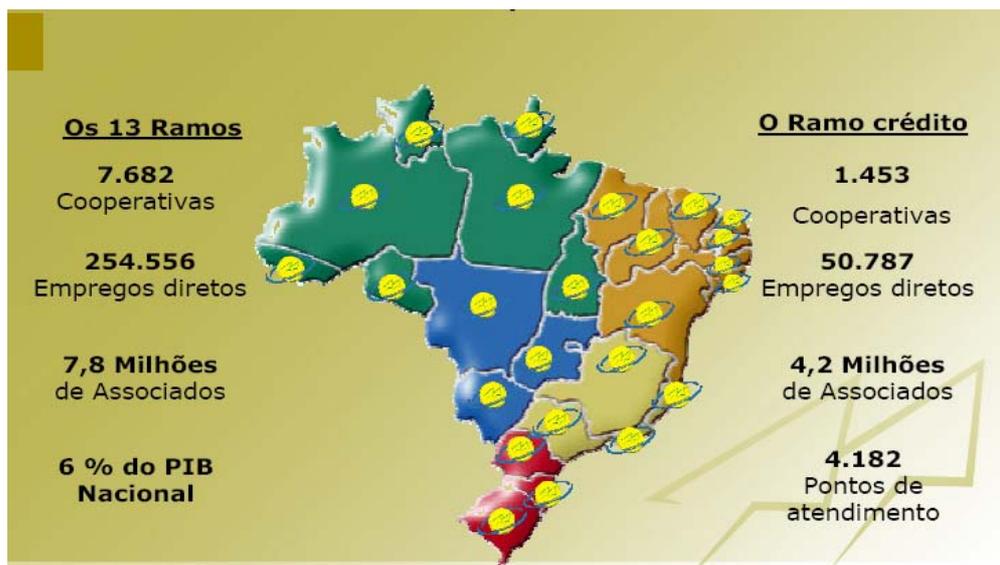
2.6.1 Cooperativas de Crédito no Brasil

A experiência brasileira com o cooperativismo de crédito vem de 1902, quando o padre suíço Theodor Amstad criou a Sociedade Cooperativa Caixa Econômica e Empréstimos, de Nova Petrópolis. Em 2007 passou a funcionar como Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha (SICRED-Pioneira/RS), cuja regulamentação e fiscalização estavam a cargo do Ministério da Agricultura por meio do Serviço de Economia Rural (SER).

Com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em 1945, houve uma sobreposição de competência.

Em dezembro de 1964, com a edição da Lei nº 4.595, artigo 17, e com a criação do Banco Central do Brasil (BCB), as cooperativas de crédito foram classificadas como instituições financeiras.

Podemos notar na Figura 1, que as cooperativas de crédito representam somente 19% do total das cooperativas no país, com 19,9% dos empregos diretos do setor. Já em número de associados representam 53,8% do total de associados.



Fonte: OCB/BACEN (dez. 2008).

Figura 1 – Os números do cooperativismo brasileiro

No Brasil, o potencial de crescimento do cooperativismo de crédito é enorme se o compararmos com o dos países desenvolvidos. No Brasil temos somente 2,5% da população economicamente ativa que participa de uma cooperativa de crédito, enquanto nos EUA essa proporção é de 44,1%, conforme Tabela 3.

Na Alemanha, país com uma população de 82 milhões de habitantes, o país conta com cerca de 16 milhões de associados movimentando recursos correspondentes a 15,5% do mercado financeiro alemão, possuindo ativos de 825 bilhões de euros, depósitos de 719 bilhões de euros e crédito de 825 bilhões de euros. Na Alemanha, dos dois mil e duzentos bancos, um mil, trezentos e oitenta são bancos cooperativos (COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL E NO MUNDO, 2009).

Em junho de 2008, o sistema cooperativo de crédito no Brasil encontrava-se estruturado com dois bancos cooperativos, sendo um múltiplo e o outro comercial, cinco

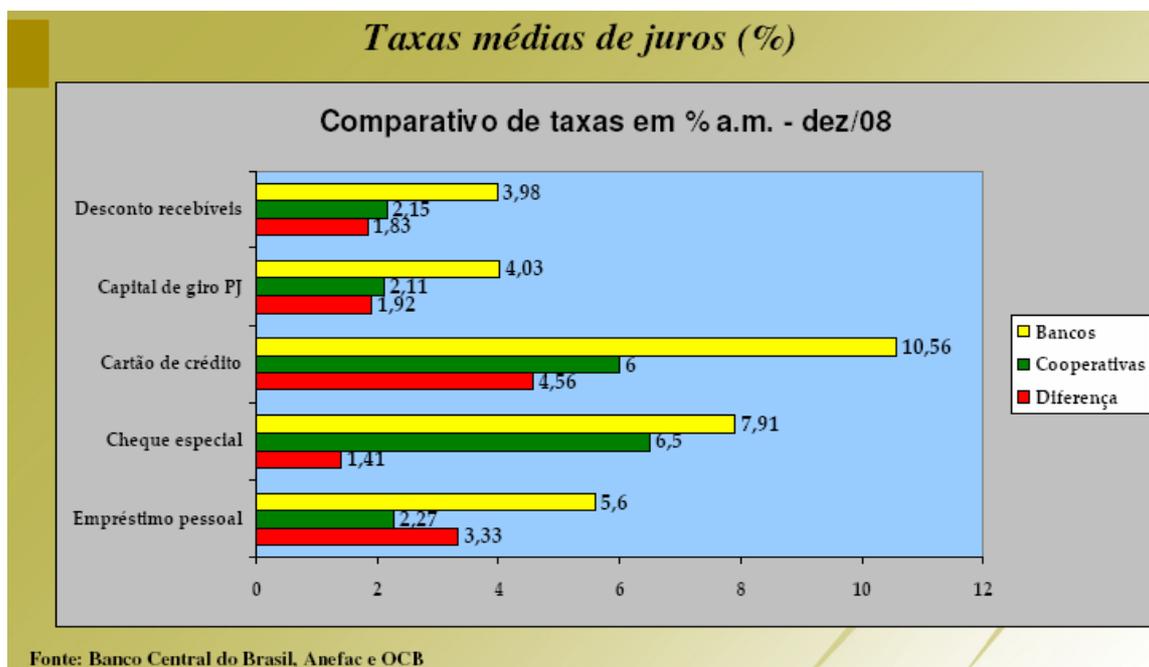
confederações, uma federação, 38 cooperativas centrais e 1.423 cooperativas singulares, com 4.044 pontos de atendimento, somando mais de três milhões de associados.

Embora as cooperativas de crédito ainda ocupem um pequeno espaço no sistema financeiro nacional, tanto em número de operações de crédito, quanto em volume de patrimônio líquido, o segmento vem apresentando um expressivo crescimento, não apenas em volume, mas também em percentual de participação na área bancária do Sistema Financeiro Nacional (BANCO CENTRAL, 2009).

Em dezembro de 2006, o cooperativismo de crédito respondia por 2,26% das operações de crédito, realizadas na esfera da área bancária do Sistema Financeiro Nacional, atendendo a mais de três milhões de associados.

Conforme dados do Banco Central de dezembro de 2008, as cooperativas de crédito possuíam R\$ 18,9 bilhões em depósitos, contra R\$ 21,8 bilhões em operações de crédito (OCB, 2009).

Os benefícios auferidos no crédito junto às cooperativas de crédito são relevantes aos tomadores de recursos no crédito pessoal, uma vez que as taxas médias obtidas são cerca de 47% inferiores às taxas dos bancos comerciais, conforme demonstrado na Figura 2.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Figura 2 – Taxas médias de juros mensais

Tendo como base os pilares do microcrédito, dos correspondentes no país e das cooperativas de crédito, o Banco Central do Brasil, juntamente com entidades como o SEBRAE, tem procurado implantar mecanismos de financiamento a garantias à micro e pequena empresa por meio da criação de fundos e de produtos voltados a esse segmento.

2.7 FONTES DE GARANTIA E FINANCIAMENTO AO MPME

2.7.1 Fundo de Aval às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte -- FAMPE

O Fundo de Aval é uma garantia complementar concedida mediante pagamento de taxa ao SEBRAE. É um facilitador na constituição das garantias nos financiamentos, não devendo ser confundido com seguro de crédito.

O Fundo de Aval está disponível nos bancos públicos e nas agências de fomento conveniadas com o SEBRAE. São eles: Banco do Brasil, Banco de Brasília (BRB), Caixa Econômica Federal, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e agências de fomento do Rio Grande do Norte, do Goiás, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Somente as instituições financeiras credenciadas pelo SEBRAE são autorizadas a operacionalizar o Fundo de Aval, fazendo-o por meio da celebração de convênios. Essas instituições recebem uma procuração para poder atuar em nome do SEBRAE, concedendo garantias e atuando na cobrança administrativa e jurídica dos créditos do SEBRAE decorrentes dos avais concedidos.

A análise do crédito e a decisão em conceder a garantia é responsabilidade da instituição financeira que celebrou o convênio com o SEBRAE. A empresa contratante do financiamento com o banco com a garantia do FAMPE assume a responsabilidade de pagar o crédito junto ao agente financeiro e o SEBRAE. O agente financeiro, na hipótese de atraso no pagamento, assume a responsabilidade nas providências para a recuperação do crédito, inclusive por via judicial (SEBRAE NACIONAL, 2009).

2.7.1.1 Condições do FAMPE

Podem se beneficiar do fundo de aval as micro e pequenas empresas, empresas dos setores industrial, comercial e de serviços, bem como agroindústrias, de acordo com a receita bruta anual: microempresa até R\$ 240 mil, pequena empresa entre R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões; e micro e pequenas empresas exportadoras até R\$ 10,5 milhões.

O financiamento máximo do FAMPE é de 80%, observados os seguintes limites quanto ao valor: em financiamentos destinados à aquisição de equipamentos, obras civis, capital de giro associado -- até R\$ 130 mil; para capital de giro -- R\$ 60 mil; para investimentos em desenvolvimento tecnológico, inovação e operações de crédito voltadas às exportações, na fase pré-embarque – até R\$ 300 mil.

O Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas tem o caráter de complementar a garantia real (patrimônio) dada pelo empresário ao financiamento, com as seguintes destinações:

- investimentos fixos e mistos;
- implantação de novos empreendimentos;
- aquisição/absorção de tecnologia e assistência técnica;
- desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e processos;
- aquisição de equipamentos de controle de qualidade;
- aquisição de veículos utilitários;
- contratação de consultoria para implantação de programas de Qualidade Total;
- cobertura de custos com processos de habilitação e certificação nas Séries de Normas ISSO 9000/NBR-19000 e ISSO 14000/NBR-14000;
- produção e comercialização de bens destinados ao mercado externo.

2.7.1.2 Custo da garantia

O custo para obtenção da garantia será cobrado na forma de taxa de concessão de aval (TCA) calculada de acordo com a fórmula:

$TCA = 0,1\% \times n^\circ$ de meses (inteiros) da operação x valor do aval.

O valor de remuneração do FAMPE poderá ser incluído no orçamento do Estudo de Viabilidade para efeito de financiamento.

A seguir, conforme Tabela 4, podemos verificar o exemplo de um financiamento para uma micro ou pequena empresa junto ao Banco do Brasil na linha do Proger Urbano Empresarial, conforme simulação feita no próprio *site* da instituição: (Banco do Brasil, 2010).

Valor do empréstimo: R\$ 10.000,00

Valor da garantia: R\$ 8.000,00 (80% do valor financiado)

Prazo: 12 meses

Pagamento das prestações mensais

Com garantia do FAMPE

Taxa TJLP 6%a .a + Juros de 2,5% a.a. (efetivos ao ano) + Comissão de Concessão de Aval (CCA) de 0,1% ao mês totalizando no período R\$ 96,00.

Tabela 4 – Cálculo de financiamento no Banco do Brasil com garantia FAMPE

Parcela	Data do Pagamento	Amortização de Principal	Encargos Básicos Projetados	Pgto. Encargos Básicos	Pgto. Encargos Adicionais	Pgto. CCA	Prestação Total	Saldo Devedor
1ª	1/2/2010	833,33	28,78	2,40	12,22	8,00	855,95	9.193,05
2ª	1/3/2010	833,33	41,18	6,14	17,51	8,00	864,98	8.394,75
3ª	1/4/2010	833,33	41,65	10,31	17,71	8,00	869,35	7.592,70
4ª	1/5/2010	833,33	36,45	14,36	15,50	8,00	871,19	6.781,52
5ª	1/6/2010	833,33	33,64	18,56	14,31	8,00	874,20	5.963,27
6ª	1/7/2010	833,33	28,63	22,65	12,17	8,00	876,15	5.135,90
7ª	1/8/2010	833,33	25,48	26,90	10,84	8,00	879,07	4.301,16
8ª	1/9/2010	833,33	21,34	31,17	9,07	8,00	881,57	3.458,00
9ª	1/10/2010	833,33	16,60	35,32	7,06	8,00	883,71	2.605,95
10ª	1/11/2010	833,33	12,93	39,63	5,50	8,00	886,46	1.745,92
11ª	1/12/2010	833,33	8,38	43,82	3,56	8,00	888,71	877,15
12ª	1/1/2011	833,33	4,35	48,17	1,85	8,00	891,35	0,00
	Totais	10.000,00	299,41	299,43	127,30	96,00	10.522,69	

Fonte: Banco do Brasil (2010).

2.7.2 Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER

Esse fundo foi criado pelo governo federal por meio da Lei nº 9.872, de 23/11/1999, e regulamentado pela Resolução nº 231, de 23/12/1999, do Ministério do Trabalho e Emprego. É constituído com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, sendo o seu gestor o Banco do Brasil.

O Programa PROGER/Setor Urbano, instituído pela Resolução CODEFAT nº 59, de 25/3/1994, é um conjunto de linhas de crédito destinadas a financiar quem quiser investir no crescimento de seu negócio. O público-alvo são as micro e pequenas empresas, as cooperativas e as associações de produção, as pessoas que trabalham de maneira informal, em pequenos negócios familiares, bem como os profissionais liberais, recém-formados, trabalhadores autônomos e prestadores de serviços em geral.

2.7.2.1 Características do FUNPROGER

O FUNPROGER tem por finalidade avalizar as pessoas físicas e jurídicas tomadoras de financiamentos por intermédio das linhas de crédito do PROGER Urbano, complementando as garantias da operação de crédito quando o mutuário não as possui em valor suficiente. O aval do FUNPROGER não desobriga o mutuário do pagamento da dívida.

- O FUNPROGER pode cobrir até 80% do valor financiado;
- A garantia compreende todo o prazo do financiamento, inclusive o período de carência;
- O mutuário paga ao FUNPROGER uma Comissão de Concessão do Aval que corresponde a 0,1% do valor garantido multiplicado pelo prazo do financiamento em meses (SEBRAE NACIONAL 2009).

2.8 SOCIEDADE DE GARANTIA DE CRÉDITO

O movimento das SGCs teve início no começo do século 20, na França. Hoje, as sociedades são amplamente difundidas em países como Espanha, Japão, Itália, Alemanha, Argentina e Chile. Na Itália, por exemplo, cerca de um milhão de empreendimentos estão associados ao Consórcio de Garantia Coletiva (CONFIDI), o que representa 25% das micro e pequenas empresas italianas. Atualmente, existem aproximadamente mil consórcios desse tipo no país, responsáveis pelas garantias de 12% das operações financeiras italianas. Os CONFIDI garantem até 80% do crédito concedido pelos bancos. Na Espanha, as Sociedades de Garantia Recíproca (SGRs) contam 23 entidades ativas, que agrupam 75 mil sócios. Embora ainda representem apenas 2,6% do total de créditos concedidos às micro e pequenas empresas (€3,3 bilhões, contra €128,15 bilhões no sistema financeiro espanhol), as atividades das SGRs encontram-se em rápida expansão (TERZIAN, 2009).

Na Europa existem atualmente 2,5 milhões de micro e pequenas empresas beneficiando-se de 34 sociedades ou federações que atuam como redes de garantia de crédito em 18 países. Em 2008 elas tiveram acesso a US\$ 200 bilhões em crédito, sendo que metade desse valor foi garantido pelas sociedades de crédito.

A única SGC em operação no Brasil, a AGC Serra Gaúcha, congrega um total de 354 empresários de 32 municípios no entorno de Caxias do Sul, tendo, em dois anos e meio de atividades, emitido R\$ 5,3 milhões em cartas de garantia, proporcionando empréstimos de R\$ 10,5 milhões às empresas. Com a crise de crédito advinda da conjuntura mundial no último trimestre de 2008, os associados da AGC Serra Gaúcha continuaram a obter recursos no mercado a taxas atrativas.

Estão em fase de estudo e implantação, SGCs em Minas Gerais, na Bahia, no Rio de Janeiro e no Paraná. Um trabalho em conjunto está sendo feito entre as microrregiões de Toledo, de Cascavel e de Foz do Iguaçu para a formação de uma SGC no Oeste do Paraná, com sede em Toledo.

As Sociedades Garantidoras de Crédito diferem dos Fundos de Aval, pois, nestes últimos, o empresário paga uma taxa para obter uma espécie de seguro para seu crédito, o qual não tem seu risco mitigado e não gera uma redução no custo do financiamento. Ao contrário, os associados de uma Sociedade Garantidora de Crédito (SGC) não têm interesse

em que as operações se tornem inadimplentes, pois isso representaria um desencaixe no fundo financeiro da sociedade, o que prejudicaria todos os associados. Dessa forma, cada operação avalizada pela Sociedade é analisada, detectando possíveis riscos e oferecendo orientação ao empresário, o qual, sendo um associado, não terá interesse em não honrar o compromisso, o que viria a afetar sua reputação na comunidade. Isso faz com que os bancos possam efetuar o crédito tendo na garantia oferecida pela SGC o estudo de viabilidade do crédito feito por especialistas que irão acompanhar o desenvolvimento desse tomador, proporcionando uma redução do custo desse crédito.

A consolidação das sociedades garantidoras ainda depende da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, do Sistema Nacional de Garantias de Crédito (SNGC), que elevará as sociedades à condição de instituição financeira sob fiscalização do Banco Central. Essa supervisão feita pelo governo é comum nos países europeus adeptos das SGC, e o é por dar mais credibilidade ao sistema e torná-lo mais atrativo às grandes empresas, às instituições financeiras e aos governos interessados em apoiar a iniciativa (TERZIAN, 2009).

A implantação de SGCs no Brasil vem procurar suprir uma das maiores necessidades da MPMEs, onde o SEBRAE aponta haver a falta de garantias aos bancos e a assimetria de informações.

Como pode ser observado pelo presidente da AGC Serra Gaúcha:

[...] o empresário sabe que precisa de dinheiro, mas não sabe o que o banco tem a oferecer, quais as condições de financiamento e nem sabe qual a melhor modalidade de empréstimo para sua empresa. Por outro lado, o gerente do Banco conhece os produtos financeiros, mas não a realidade do pequeno empresário. A mediação de um executivo que conhece tanto a necessidade do empresário quanto os produtos financeiros ofertados é a maior ajuda prestada por uma sociedade garantidora. (VIECCELLI, 2008).

A maioria dos pequenos empresários é especialista em seu negócio, mas sente dificuldade em lidar com situações que fogem de sua rotina operacional (VIECCELLI 2008).

Um dos principais pontos que legitimam as SGCs e justificam os possíveis benefícios às MPMEs é a eliminação, ao menos parcial, dos problemas advindos da assimetria de informação. A assimetria de informação tem sido um dos grandes problemas para o desenvolvimento das MPMEs. Esse problema surge porque os que necessitam de crédito possuem um volume de informação maior e de melhor qualidade do seu negócio, dos

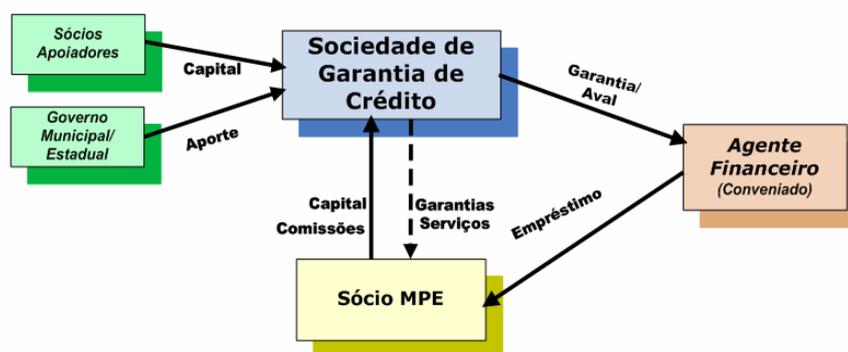
riscos do projeto e da rentabilidade almejada diante dos diversos cenários possíveis do que os agentes financeiros. Devido à dependência de recursos de terceiros para emprenderem seus projetos, as MPMEs se sujeitam às altas taxas cobradas pelos agentes financeiros, que transferem o custo da desinformação relativa para obterem o rendimento médio esperado.

Com a implantação das SGCs, espera-se que parte dessa assimetria seja neutralizada, beneficiando tanto o agente financeiro como o tomador do crédito, diminuindo a taxa de risco e tornando o processo decisório mais ágil.

No sistema de garantia de crédito há um compartilhamento de responsabilidades entre o sistema público e privado cujo objetivo é melhorar as condições de acesso ao crédito para projetos viáveis, aumentando o grau de confiança financeiras das MPMEs.

2.8.1 Estrutura de uma Sociedade de Garantia de Crédito

A estrutura de uma Sociedade de Garantia de Crédito, no modelo idealizado pelo SEBRAE, é descrito na Figura 3, cujo aporte de capital é feito pelos sócios apoiadores e pelo SEBRAE. A cobertura dos custos operacionais de uma SGC é feita por meio de comissões e de taxas de serviços de seus associados, que também irão reforçar a sua estrutura de capital. A SGC prestará garantia na forma de aval aos agentes financeiros para os empréstimos concedidos aos associados.



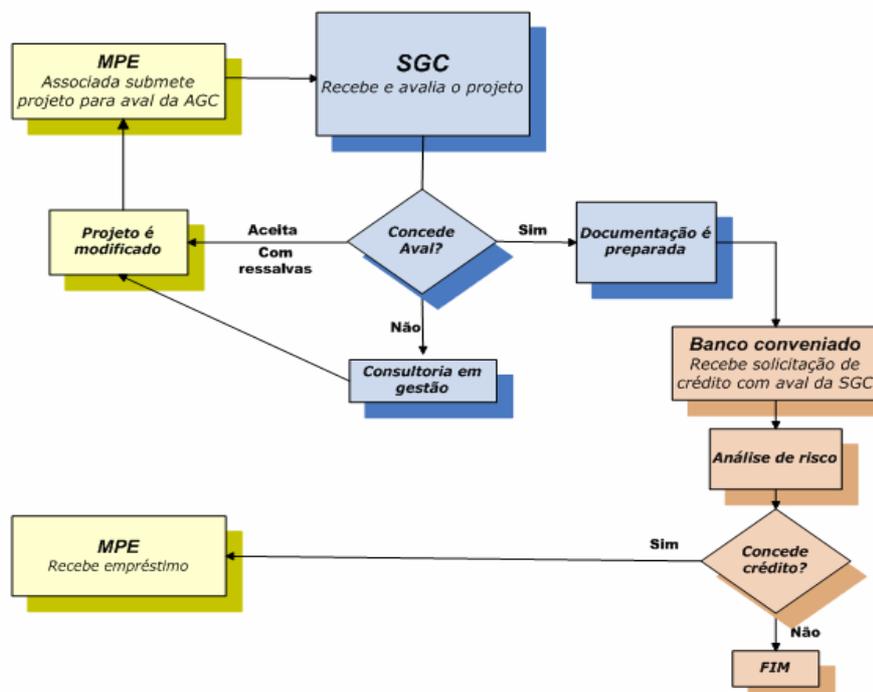
Fonte: SEBRAE, out. 2008.

Figura 3 – Estrutura de capital na SGC

2.8.2 Fluxo Operacional da SGC

O fluxo operacional representado na Figura 4 consiste no envio do projeto à SGC, que irá avaliar e aprovar ou não. Em caso de aprovação, será providenciada a documentação de envio ao banco, que irá analisar o risco e conceder o financiamento. Em caso de recusa pela SGC, o projeto será revisto e terá o acompanhamento de consultores da SGC. Esses irão, juntamente com o executivo da MPME, analisar os motivos da recusa e procurar atender às exigências estabelecidas, fazendo-o por meio do enquadramento da empresa nas modificações requeridas, bem como, se necessário, montar um plano de reestruturação para atender aos requisitos do crédito e rerepresentar o projeto.

Os projetos recebidos para análise da SGC para se determinar o risco de crédito serão analisados da mesma forma como é feito junto às instituições financeiras, procurando-se identificar os bons e os maus clientes por intermédio dos mecanismos disponíveis. Esse trabalho de identificação no momento ainda carece do acesso junto ao Banco Central para consulta ao sistema de risco. A concessão será feita com base em estudos técnicos, não bastando simplesmente a MPME integrar o quadro associativo de uma SGC para lhe ser concedido o crédito.



Fonte: SEBRAE, out. 2008.

Figura 4 – Fluxo operacional SGC

2.8.3 Sistema de Garantias SGC

O sistema de garantias terá um fundo de contragarantia cuja função é garantir o sistema demonstrado na Figura 5.

O governo federal, com o intuito de fomentar o crédito às MPMEs, publicou, em 9 de junho de 2009, a Medida Provisória nº 464, que, no seu artigo 7º, autoriza a União a participar com até R\$ 4 bilhões em fundos destinados à MPMEs, cujo destino será garantir o risco de crédito das MPMEs, garantindo operações cobertas por fundos ou por sociedades de garantia de crédito.



Fonte: SEBRAE, out. 2008.

Figura 5 – Fundo de contragarantia

Os benefícios que uma SGC traz às MPMEs, às instituições financeiras e à economia podem ser, sinteticamente, relacionados como:

- facilita os procedimentos de acesso ao crédito, oferecendo à instituição financeira a garantia necessária ao financiamento solicitado;
- proporciona uma redução substancial na taxa de juros ao tomador dos recursos;
- torna os prazos de financiamento mais flexíveis;
- disponibiliza linhas de crédito específicas e apropriadas de acordo com a necessidade das MPMEs;
- o processo decisório na concessão do crédito se torna mais ágil.

O Sistema Nacional de Garantias, por intermédio da contragarantia aos fundos criados, proporciona maior estabilidade e liquidez às SGCs, oferecendo maior equilíbrio ao processo.

3 HIPÓTESES

Na seção sobre crédito foi citada a necessidade de intervenção de governos e bancos centrais na economia dando liquidez aos mercados, isso quando da ocorrência de uma situação de crise aguda e de desconfiança no sistema. A injeção de recursos evitou uma recessão maior ou mesmo uma depressão em muitos mercados no caso da crise de 2008.

Discutiu-se a assimetria de informação como uma das causas da dificuldade em se monitorar o mercado financeiro e a importância da regulamentação nos mercados evitando o comportamento oportunista e o risco moral.

O microcrédito e seu crescimento no mercado mundial como ferramenta de ajuda e de suporte a micro e pequenos empreendedores tem sido uma preocupação dos governantes de países em desenvolvimento e em subdesenvolvidos. No Brasil tem tido o apoio do Banco Central e de entidades como o SEBRAE, criando uma regulamentação e novos produtos para o desenvolvimento do micro, pequeno ou médio empresário (MPME).

A criação de correspondentes no país, de cooperativas de crédito e produtos como fundos de aval e garantias ao MPME tem sido fomentados visando trazer essas iniciativas para dentro do sistema financeiro.

Na busca de explicações para as dificuldades apresentadas no acesso ao crédito pelo MPME, a escolha metodológica foi a análise qualitativa.

Por intermédio dos dados coletados na pesquisa procurou-se identificar os fatores que geram a baixa utilização do crédito por parte dos MPMEs e como os diferentes produtos e ferramentas criados como a Sociedade de Garantia de Crédito poderiam facilitar a inclusão e o acesso dos micro e pequenos empresários no sistema de crédito.

Assim, as hipóteses plausíveis deste trabalho são:

Hipótese 1: A dificuldade de acesso ao crédito se deve à assimetria de informação, refletida na taxa de juros e na burocracia.

Hipótese 2: As falhas nos mercados de crédito são causadas pela assimetria de informação e pelos consequentes problemas de seleção adversa e risco moral.

Hipótese 3: Os produtos voltados à MPME são relativamente desconhecidos e pouco utilizados devido aos procedimentos de centralização por parte das instituições financeiras públicas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Para analisar o problema e o potencial da implantação de uma Sociedade Garantidora de Crédito na região Oeste do Paraná foi utilizado o processo de pesquisa com questões de cunho qualitativo e quantitativo. A pesquisa foi feita por meio de um questionário aplicado por uma equipe de entrevistadores coordenada pelo Instituto Gralhazul sediado na cidade de Cascavel, com questões formuladas pelo SEBRAE.

A pesquisa qualitativa assume, no campo das ciências sociais, diferentes significados. Ela compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, reduzindo a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979, p. 520).

O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Esse corte define o campo e a dimensão em que o trabalho vai se desenvolver, isto é o território a ser mapeado. O trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados (MANNING, 1979, p. 668).

O corte temporal do estudo foi realizado por meio de dados secundários tendo como base os dados primários coletados por intermédio de pesquisa feita pelo Instituto Gralhazul, pesquisa essa realizada nos meses de maio e junho de 2009 junto a empresários de micro, pequenas e médias empresas de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, da região Oeste do Paraná, cujo intuito foi verificar as necessidades e as dificuldades encontradas por essas empresas junto ao mercado financeiro na obtenção de crédito junto às instituições financeiras e identificar as vantagens que uma Sociedade Garantidora de Crédito possa trazer para a micro e a pequena empresa da região.

O corte espacial pesquisado foram as microrregiões de Toledo (identificado como município de número 22), de Cascavel (de número 23) e de Foz do Iguaçu (de número 24), conforme assinalado no Mapa 1 abaixo, microrregiões que são constituídas por 50 municípios, conforme Anexo 9.



Fonte: IPARDES/IBGE.

Mapa 1 – Microrregiões geográficas do Paraná

Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de favorecer melhor compreensão dos fenômenos. Assim, pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição (POPE; MAYS, 1995, p. 42). Na verdade, esses dois enfoques se complementam e podem contribuir, em um mesmo estudo, para um melhor entendimento do fenômeno estudado. No dizer de Wildemuth (1993, p. 451):

É verdade que a abordagem positivista, tem o objetivo de identificar as regularidades estatísticas dos comportamentos, é orientada para contar as ocorrências e medir a extensão dos comportamentos em estudo. Em contrapartida, a abordagem interpretativa, tem o objetivo de compreender o mundo social a partir do ponto de vista dos atores que a compõem é orientada para a descrição detalhada dos associados com comportamentos observáveis.

Jick (1979, p. 602) chama a combinação de métodos quantitativos e qualitativos de “triangulação”. Faz referência a outros autores, como Campbell e Fiske, que,

em 1959, propuseram a denominação “validação convergente” ou “multimétodo”, com sentido semelhante. Morse (1991, p. 120) propõe o emprego da expressão “triangulação simultânea” para o uso ao mesmo tempo de métodos quantitativos e qualitativos. A interação entre os dois métodos na fase de coleta de dados é reduzida, mas, na fase de conclusão, eles se complementam.

Para a coleta dos dados junto às empresas industriais, comerciais e de serviço das três microrregiões foram solicitadas emissões de listagens, emitidas pelas prefeituras dos municípios por meio dos registros das empresas ativas e do cadastro de contribuintes de cada município.

Da população total de 28.337 empresas dos 50 municípios, foi obtida uma amostra de 1.215 empresas, conforme Anexo 10.

O processo utilizado foi o sorteio virtual por meio da utilização do programa sorteio, com amostragem probabilística com nível de confiança de 95% e margem de erro de 3%.

O processo de pesquisa foi coordenado e conduzido pelo Instituto Gralhazul, que ministrou um treinamento realizado no SEBRAE de Cascavel no dia 18 de maio de 2009 com a participação da equipe de pesquisadores e um líder de cada microrregião, que coordenou o trabalho de campo. Os temas abordados foram: noções sobre o tema “Sociedade de Garantia de Crédito”, abordagem telefônica e pessoal, postura ética, linhas de crédito bancária e discussão sobre os itens da pesquisa.

Os pesquisadores recrutados para a pesquisa em Toledo foram contratados por intermédio do Programa de Complementação Educacional (PROE), oriundos de Universidades como: UNIOESTE e PUC/*Campus* de Toledo e, nos demais municípios da microrregião de Toledo, junto às Associações Comerciais.

O autor coordenou o trabalho em Toledo e demais 20 municípios, cuja equipe se constituiu de 11 pesquisadores alocados nas subsedes de: Toledo, Marechal Cândido Rondon, Assis Chateaubriand, Palotina, Guaíra e Terra Roxa.

A microrregião de Cascavel foi coberta por pesquisadores da própria empresa contratada e a microrregião de Foz do Iguaçu, por pesquisadores contratados junto ao PROE e à Associação Comercial de Foz do Iguaçu.

As pessoas entrevistadas foram, em primeira instância, os proprietários e, na sua ausência, a pessoa que administra o empreendimento e conduz os negócios no dia a dia da empresa. A técnica utilizada para o primeiro contato foi uma ligação telefônica para agendar a entrevista e confirmação do endereço e do nome proprietário da empresa. A entrevista foi face

a face, de maneira metódica; proporcionando verbalmente ao entrevistador a informação necessária por meio de um questionário estruturado e não disfarçado (LAKATOS e MARCONI, 1985).

O trabalho de campo teve a duração de seis semanas e a análise dos dados, de três semanas. A aplicação de cada questionário teve uma duração de 20 minutos.

Os questionários foram tabulados no programa Questionarie num total de 145 colunas e 1215 linhas, correspondendo a 1215 empresas entrevistadas, sendo, posteriormente, agrupados nos 50 municípios das três microrregiões.

Foi também aplicado um questionário de cerca de 40 minutos, este junto às instituições financeiras das três microrregiões, coordenado pela empresa Consystem Projetos e Consultoria Empresarial Ltda. As perguntas tinham como foco conhecer o ponto de vista das instituições financeiras quanto aos aspectos de risco de crédito, de conhecimento e de disponibilidade do produto para atendimento das empresas. Essas informações, após a tabulação, foram analisadas juntamente com as informações colhidas junto às empresas. Nas instituições financeiras, os entrevistados foram os gerentes principais das agências e, no caso de agências regionais, os gerentes regionais.

A abordagem qualitativa foi feita na forma de pesquisa documental, tratando dos dados de forma analítica, permitindo uma interpretação diferenciada, oferecendo uma base útil para outros tipos de estudos qualitativos (GODOY, 1995b, p. 21).

As microrregiões de Toledo, de Cascavel e de Foz do Iguaçu têm uma participação importante no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Paraná. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é considerado elevado se comparado com o dos demais municípios do Estado, o que torna atraente este estudo de implantação de uma Sociedade de Garantia de Crédito cujo objetivo é intensificar o desenvolvimento das micro e das pequenas empresas da região.

4.1 DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

4.1.1 Produto Interno Bruto

O Estado do Paraná encontra-se dividido em 39 microrregiões. As três microrregiões do Oeste Paranaense que compõem o núcleo desta pesquisa representam, juntas, 12% do Produto Interno Bruto estadual a preços correntes com base em 2006, conforme Tabela 5, abaixo. As três microrregiões estão entre os oito maiores PIBs do Estado do Paraná. A microrregião de Foz do Iguaçu aparece em terceiro lugar no Paraná, Cascavel em sétimo, seguida por Toledo, em oitavo lugar.

Tabela 5 – PIB estadual, regional e microrregiões 2006 com valores em 000

		PIB	Participação
Estado		136.680.845	100,0%
Região	R\$	16.532.862	12,10%
Micro região Cascavel	R\$	4.848.933	29,3%
Micro região Toledo	R\$	4.626.964	28,0%
Micro região Foz do Iguaçu	R\$	7.056.965	42,7%

Fonte: IPARDES, 2009.

O PIB municipal *per capita* médio do Estado do Paraná em 2006 foi de R\$ 9.390,00. A média dos 50 municípios do Oeste do Paraná é de R\$ 11.096, bem acima da média estadual, apesar de, no Oeste do Paraná, termos 21 municípios abaixo do PIB médio estadual.

Toledo se destaca com um PIB *per capita* médio 18,6% acima de Cascavel e 11,7% acima de Foz do Iguaçu, conforme Tabela 6, abaixo.

Tabela 6 – PIB *per capita* estadual, regional e microrregiões 2006

	PIB	
Estado	R\$	9.390,00
Região	R\$	11.096,00
Micro região Cascavel	R\$	10.163,00
Micro região Toledo	R\$	12.055,00
Micro região Foz do Iguaçu	R\$	10.792,00

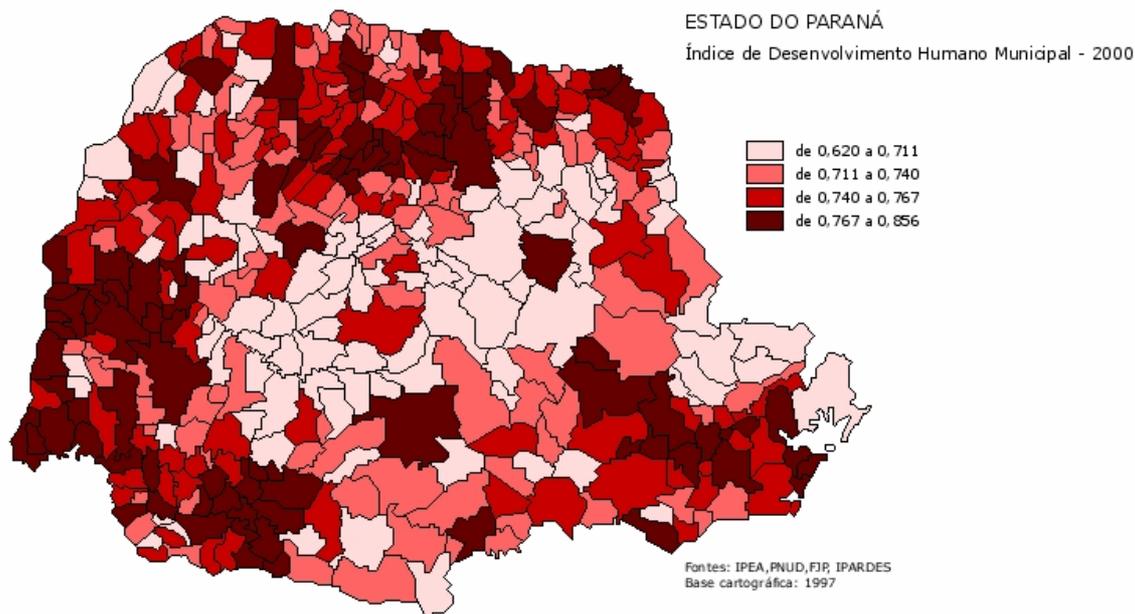
Fonte: IPARDES, 2009.

A microrregião de Cascavel apresenta os maiores extremos entre o município com o maior e o menor PIB entre as três microrregiões. O município de Capitão Leônidas Marques possui o maior PIB (R\$ 21.748) e Diamante do Sul o menor (R\$ 5.570). Na microrregião de Foz do Iguaçu, o município de mesmo nome possui o maior PIB (R\$ 17.688) e o município de Ramilândia o menor (R\$ 6.217). Na microrregião de Toledo, o município de Palotina possui o maior PIB (R\$ 19.985) e o município de São José das Palmeiras o menor (R\$ 8.121), conforme tabela do Anexo11.

Outro fator de destaque no Oeste do Paraná é possuir um dos mais elevados índice de desenvolvimento humano municipal do Estado.

4.1.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O Oeste do Paraná pode ser considerado a região com um alto índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M). No Estado do Paraná, dos 399 municípios, somente 24 possuem um IDH-M superior a 0,8 e, destes, 10 se encontram na microrregião de Toledo, conforme Mapa 2, a seguir, onde o município de Quatro Pontos se destaca em primeiro lugar (com 0,85).

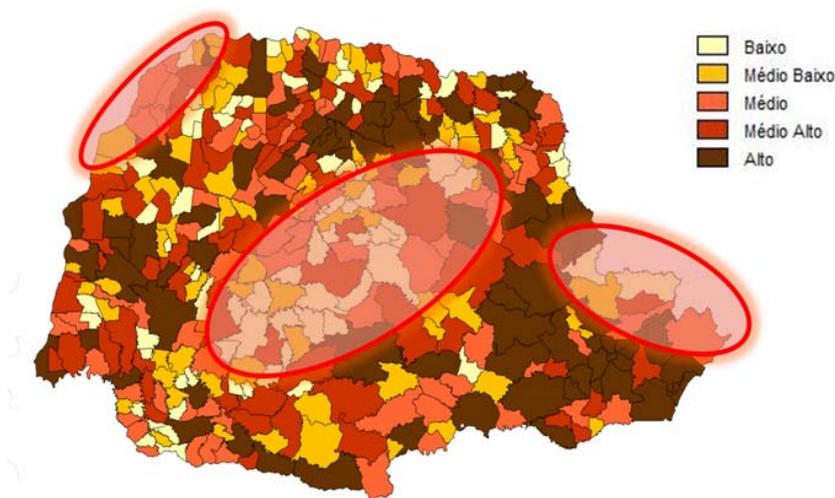


Fonte: IPARDES.

Mapa 2 – IDH-M – Estado do Paraná 2000

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma instituição que tem se especializado no atendimento às micro e pequenas empresas e tem desenvolvido diversos estudos, projetos e produtos para atender a esse segmento de mercado.

Criado pelo SEBRAE, o Índice de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa (ID-MPE) demonstra que as empresas localizadas na região Oeste do Estado possuem um médio/alto grau de desenvolvimento caracterizado no Mapa 3, a seguir.



Fonte: SEBRAE, 2008.

Mapa 3 – Índice de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa (ID-MPE) – 2008

Esse índice de desenvolvimento das MPE é composto por três outros índices que demonstram o alto grau de desenvolvimento empresarial, de mercado e institucional na região, conforme tabela no Anexo 12 e mapas representados nos Anexos 13 e 14.

As Associações Comerciais das três microrregiões e o Instituto de Desenvolvimento Regional do Oeste do Paraná, movidos pelo interesse comum em proporcionar à região Oeste Paranaense uma ferramenta que venha a ajudar as MPMEs a se desenvolverem e terem maior facilidade de acesso ao crédito, decidiram conduzir um estudo para verificar a viabilidade de se implantar uma Sociedade Garantidora de Crédito na região -- estudo esse cujos dados da pesquisa serviu de base para este trabalho.

4.1.3 Empresas por Setor Econômico e Faturamento

A mesorregião, compreendida pelas três microrregiões, possui 28.337 empresas, sendo 4.373 do setor industrial, 12.005 do setor comercial, 8.725 do setor de serviços e 3.234 do setor agropecuário, conforme Anexo 15.

Dessas empresas, foram entrevistadas 1.215 nas três microrregiões, sendo: 462 na microrregião de Toledo, 404 na microrregião de Cascavel e 349 na microrregião de

Foz do Iguaçu. Das empresas pesquisadas, 67% conforme Tabela 7 pertencem ao setor do comércio, 20% do setor de serviços e 13% da indústria.

Tabela 7 – Setor econômico

Nº	Alternativa	Toledo	Cascavel	Foz do Iguaçu	Contagem	Frequência (%)
1	Comércio	283	300	227	810	66,70%
2	Serviços	96	52	95	243	20,00%
3	Agroindústria	1	1	1	3	0,20%
4	Indústria	82	51	26	159	13,10%
SOMA		462	404	349	1215	100%

Fonte: Instituto Gralhazul 2009.

Das empresas pesquisadas, 68% possuem um faturamento anual inferior a R\$ 360 mil, 20% das empresas têm um faturamento entre R\$ 360 mil e 2 milhões e 400 mil e as 12% restantes faturam mais de R\$ 2,4 milhões ou não informaram o faturamento.

Conforme Tabela 8 a seguir, a microrregião de Toledo apresenta o maior número de empresas com faturamento abaixo de R\$ 360 mil e a microrregião de Foz do Iguaçu apresenta o maior índice de empresas com faturamento superior a R\$ 2.400 mil. Destas empresas, 57,2% possuem até 5 empregados e 77% até 10 empregados.

Tabela 8 – Faturamento anual das empresas pesquisadas.

Nº	Alternativa	Toledo	Cascavel	Foz do Iguaçu	Total	(%)
1	Até R\$ 60.000,00	157	108	66	331	27,2
2	Acima de R\$ 60.000,00 Até R\$ 120.000,00	96	83	59	238	19,6
3	Acima de R\$ 120.000,00 até R\$ 240.000,00	60	59	51	170	14
4	Acima de R\$ 240.000,00 até R\$ 360.000,00	30	24	34	88	7,2
5	Acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 600.000,00	29	26	31	86	7,1
6	Acima de R\$ 600.000,00 até R\$ 840.000,00	13	16	15	44	3,6
7	Acima de R\$ 840.000,00 até R\$ 1.080.000,00	12	11	9	32	2,6
8	Acima de R\$ 1.080.000,00 até R\$ 1.200.000,00	10	10	10	30	2,5
9	Acima de R\$ 1.200.000,00 até R\$ 2.400.000,00	17	15	21	53	4,4
10	Acima de R\$ 2.400.000,00	15	14	21	50	4,1
11	Não tem faturamento ou não informou	23	38	32	93	7,7

Fonte: Instituto Gralhazul 2009.

5 ANÁLISE DOS DADOS RELATIVOS AO TRABALHO

5.1 CRÉDITO

O acesso ao crédito de terceiros tem sido um obstáculo ao desenvolvimento das empresas, especialmente ao desenvolvimento das micro e das pequenas, que têm se utilizado de recursos próprios para o fluxo diário de suas operações.

Dados da pesquisa mostram que 58,4% das empresas não se utilizaram de recursos de terceiros nos últimos 12 meses. Dentre as três microrregiões, Cascavel foi a que menos recursos de terceiros utilizou; somente 39,4% contra 43,5% das empresas de Toledo e 41,5% de Foz do Iguaçu, conforme Tabela 9.

Tabela 9 – Utilização de recursos de terceiros nos últimos 12 meses

Nº	Alternativa	MR Toledo	MR Cascavel	MR Foz do Iguaçu	Messoregião Oeste
1	Sim	43,50%	39,40%	41,50%	41,60%
2	Não	56,50%	60,60%	58,50%	58,40%
SOMA		100%	100%	100%	100%

Fonte: Instituto Gralhazul 2009.

Entre as empresas que não se utilizaram de recursos de terceiros, 89,1% informaram que não tiveram necessidade e entre as restantes 10,9%, o principal motivo alegada da não utilização foi a burocracia (48%), seguido do motivo das elevadas taxas de juros cobradas (33,3%), conforme Gráfico 7, abaixo.

As altas taxas de juros cobradas pelas Instituições Financeiras no Brasil, são há muitas décadas as mais altas no mundo o que tem dificultado principalmente a MPMEs a levantarem recursos para investirem em seus processos produtivos e melhoria de seus produtos. O retorno exigido pelos investidores, comparado ao ganho financeiro obtido em títulos públicos faz com que o investimento produtivo seja canalizado ao mercado financeiro.



Fonte: Instituto Gralhazul 2009.

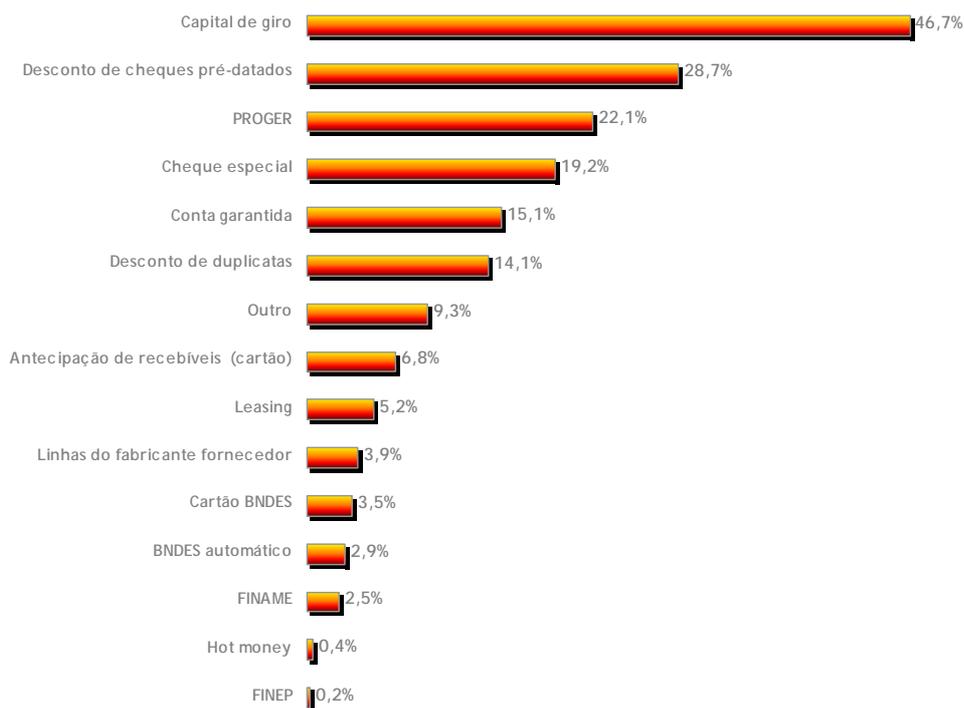
Gráfico 7 – Motivo pela falta de acesso ao crédito

A falta de garantia não foi apontada como um fator impeditivo importante de acesso ao crédito, tendo sido mencionada por somente 18,7% das empresas que não tiveram acesso ao crédito.

Podemos observar, no Gráfico 8, que, como modalidade de crédito, o capital de giro é o mais utilizado pelas empresas (por 46,7%), seguido pelo desconto do cheque pré-datado (28,7%), muito usado pelo comércio varejista

O cheque especial, uma das linhas mais caras do mercado financeiro, tem sido um recurso de que cerca de 20% das empresas se utiliza, devido à facilidade em se estabelecer um limite de crédito. Facilidade essa que se apresenta como contraponto em se conseguir uma linha de crédito com taxas mais baixas, devido à burocracia imposta com documentação e condições exigidas pelas instituições financeiras.

O PROGER tem se destacado (22,1%), tendo como atrativo a taxa de juro competitiva sendo uma linha para investimento muito utilizada pelos MPME.



Fonte: Instituto Gralhazul 2009.

Gráfico 8 – Modalidades de crédito mais utilizadas

O cheque especial, conforme podemos observar através do resultado da pesquisa feita junto às instituições financeiras na Tabela 10 é o tipo de produto mais concedido às empresas. Ele é de fácil acesso e de maior custo para as empresas, o que, num

primeiro momento, se torna atrativo pela facilidade diante de uma necessidade imediata de recursos e que, pela comodidade passa a se tornar uma dependência de difícil liquidação.

Como consequência, a empresa deixa de buscar alternativas mais baratas, porque demandam apresentação de uma documentação mais complexa e burocrática, ocasionando a permanência na utilização cada vez maior do cheque especial, que acarreta um aumento nos gastos com juros e endividamento crescente.

As MPMEs se utilizam de linhas de curtíssimo prazo conforme podemos notar na Tabela 10, como hot money, cheque especial, desconto de cheques pré-datados, linhas estas de custo muito elevado e que diminuem o fluxo financeiro das empresas. As empresas deveriam fazer uma melhor gestão financeira de seus recursos, buscando linhas de crédito mais longa e de menor custo buscando um planejamento do seu fluxo de caixa mais adequado.

Tabela 10 – Tipo de Financiamento mais concedido às MPMEs últimos 12 meses

	% das empresas entrevistadas
Conta garantida	31,6
Cheque especial	56,7
Desconto de duplicatas	28,6
Desconto de cheques pré-datados	35,2
Capital de giro	41,6
Hot money	42,7
Desconto de notas promissórias	11,3
Antecipação de recebíveis	26,4
PROGER (CEF/BB)	35,3
COOPERFAT	0
BNDES automático	9,6
Linhas especiais do BNDES	9
Cartão BNDES	15
FINEP	0
FINAME	16,9
Leasing	17,5
Linhas do fabricante	0
Linhas das cooperativas	7,5
Empresas parceiras	3
Outras	25,8

Fonte: Instituto Gralhazul 2009.

Apesar de a pesquisa ter sido feita em meio à crise mundial de crédito, 52% das empresas responderam que não necessitavam de crédito naquele momento, conforme demonstrado na Tabela 11. Das empresas que necessitavam de crédito, 57,4% iriam utilizá-lo como capital de giro e 25% em modernização e ampliação de suas empresas.

Tabela 11 – Necessidade atual de crédito das MPMEs.

Alternativa	Toledo	%	Cascavel	%	Foz do Iguaçu	%	Total	(%)
Sim	232	50,2	198	49,1	149	42,9	579	47,8
Não	230	49,8	205	50,9	198	57,1	633	52,2
SOMA	462	100	403	100	347	100	1212	100

Fonte: Instituto Gralhazul 2009.

A baixa necessidade de crédito mesmo em meio à crise financeira no primeiro semestre de 2009, se analisada pela ótica dos motivos que levam as empresas a não utilizar recursos de instituições financeiras como burocratização e taxas elevadas, pode ser justificada pela falta de documentação consistente das empresas sobre sua real capacidade produtiva e financeira, fazendo com que as empresas busquem recursos em linhas mais caras, mas que exigem menos burocracia, como o cheque especial, o desconto de recebíveis e os cheques pré-datados.

Dados coletados junto às instituições financeiras, conforme Tabela 12, demonstram que o cliente tem conhecimento dos produtos oferecidos e que há disponibilidade de recursos pelos bancos, principalmente dos produtos voltados a investimento e a capital de giro. A baixa utilização desses recursos pode ser explicada pela dificuldade em fornecer dados oficiais para análise e projeções que demonstrem a real capacidade da empresa e estabelecimento de linhas condizentes com a real necessidade das empresas.

Tabela 12 – Conhecimento de linhas de crédito

LINHA DE FINANCIAMENTO	CONHECIMENTO						DISPONIBILIDADE					
	Sim	%	Não	%	S/R	%	Sim	%	Não	%	S/R	%
PROGER	9	42,9	4	19	8	38,1	8	38,1	1	4,8	12	57,1
COOPERFAT	4	19	7	33,3	10	47,6	3	14,3	1	4,8	17	81
BNDES												
automático	13	61,9	3	14,3	5	23,8	13	61,9	0	0	8	38,1
Linhas especiais												
do BNDES	12	57,1	5	23,8	4	19	13	61,9	1	4,8	7	33,3
Cartão BNDES	11	52,4	4	19	6	28,6	13	61,9	0	0	8	38,1
FINEP	2	9,5	6	28,6	13	61,9	0	0	1	4,8	20	95,2
FINAME	18	85,7	0	0	3	14,3	16	76,2	1	4,8	4	19
Leasing	18	85,7	0	0	3	14,3	17	81	1	4,8	3	14,3
Linhas do fabricante												
	4	19	6	28,6	11	52,4	3	14,3	1	4,8	17	81
Linhas das cooperativas												
	5	23,8	4	19	12	57,1	4	19	1	4,8	16	76,2
Outras	1	4,8	1	4,8	19	90,5	1	4,8	0	0	20	95,2

Fonte: Instituto Gralhazul 2009.

5.2 FUNDO DE AVAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (FAMPE)

O Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas do SEBRAE foi criado para ser uma ferramenta de acesso ao crédito para as MPEs e, de 1995 a 2008, foram emitidas 85.436 garantias, num total de R\$ 1.948.809.762, onde somente no ano de 2008 foram realizadas 66.634 operações, no montante de R\$ 1.652.102.083. Durante o ano de 2009 foram realizadas 31.182 operações, no montante de R\$ 811.100.525, o que mostra um crescimento dessas operações nos últimos 18 meses conforme tabela no anexo 16.

O Estado do Paraná tem uma participação de 10% do volume de operações realizadas e as três microrregiões tem um volume de 16,5% dessas operações.

O valor médio das operações FAMPE no Brasil é de R\$ 23.666,00. No Paraná é de R\$ 24.603,00 e nas três microrregiões do Oeste é de R\$ 23.854,00, o que demonstra um equilíbrio nos valores médios das operações.

O índice de inadimplência até 2008 foi de 3% e, em 2009, a recuperação de crédito foi maior do que as perdas, diminuindo o índice acumulado de perdas a 2,09%. Nota-se uma melhora significativa desse índice a partir de 2007 até agosto de 2009, devido à reestruturação e estabelecimento de regras e controles mais explícitos, o que diminuiu a assimetria de informação ocasionando uma melhora no desempenho do produto, conforme tabela do Anexo 16.

A primeira década após a implantação do FAMPE, conforme notamos nesta mesma tabela, não foi satisfatória. Foram realizadas, nesse período, 18.802 operações, no total de R\$ 296,7 milhões. Após a alteração e a consolidação do regulamento em 27 de agosto de 2007, nota-se que, em 2008, foram feitas 3,54 vezes mais operações, num volume 7,2 vezes maior do que nos 12 anos anteriores.

A partir do ano de 2008, o índice de perda do FAMPE teve uma redução significativa, apesar de, em alguns Estados do Norte e do Nordeste, apresentarem perdas de 30%, no Maranhão, e 16%, no Ceará, regiões mais pobres do país.

A Região Sul do Brasil é responsável por 28% do volume das operações vigentes do FAMPE e a Região Sudeste por 44%.

Conforme dados do Banco Central de 2005, a Região Sul e a Região Sudeste são responsáveis por 92% do volume de crédito do Brasil, o que demonstra a concentração de recursos nessas regiões, o que é confirmado pelo volume de operações de garantia do FAMPE de 72% nas mesmas regiões.

O FAMPE foi introduzido no mercado para ser um facilitador da MPME, vindo ao encontro de uma necessidade de garantir o financiamento e de ser uma ferramenta de análise e de apoio de projetos de expansão e de capital de giro a um custo atrativo (de 0,1% ao mês) e que, depois de reformulado e regulamentado em 2007, passou a ter um crescimento significativo. Essa ferramenta ainda é pouco conhecida pelo mercado no Oeste do Paraná e tem sido utilizado pelo Banco do Brasil como garantia adicional em linhas do PROGER.

Em sua estrutura, o FAMPE deve ter um acompanhamento técnico do projeto apresentado pelo cliente e, caso necessário, um estudo de viabilidade econômica feito pela instituição financeira, ou por terceiros, cabendo ao cliente bancar os custos desses estudos.

Em virtude de essas operações serem feitas diretamente pelas instituições financeiras, as consultas de risco junto ao Banco Central podem ser acessadas pelas mesmas, diminuindo o risco e a assimetria de informação.

5.3 PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (PNMO)

No mercado de crédito brasileiro, existe uma oferta de créditos populares disponível oferecida pelas financeiras, créditos esses que, para efeito de análise deste trabalho, são considerados como créditos voltados ao consumo e não às atividades produtivas.

Esses programas, na concepção de Monzoni Neto (2006), não poderiam ser conceituados como microcrédito, pois:

1. não dispõem de metodologia que possa garantir a sua aplicação em fins produtivos, pois podem ser empregados para outras finalidades, como consumo ou pagamento de dívidas;
2. não possuem mecanismos que possam garantir que tais recursos foram realmente canalizados para a população de baixa renda;
3. possuem uma estrutura de capital com bilhões de reais, diferentemente do que ocorre no mercado de microcrédito produtivo.

O microcrédito produtivo possui algumas características, como um relacionamento capacitado e frequente entre a instituição de microcrédito e o empreendedor, caracterizado pela figura do agente de crédito ou gestor. Por intermédio desse relacionamento são produzidas informações de qualidade que irão subsidiar as decisões acerca do montante e das condições da operação de empréstimo (MONZONI NETO, 2006).

O microcrédito produtivo, no contexto brasileiro, é definido oficialmente pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei Federal nº. 11.110, de 25 de abril de 2005, a qual traz definições no seu parágrafo 3º, conforme descrevemos a seguir.

Para os efeitos dessa citada lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

- I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das

necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta lei (BRASIL, 2005).

Podemos notar, nos itens I e II acima, a preocupação do governo em direcionar o crédito para empresários empreendedores que devem ter seu projeto verificado e analisado por pessoas treinadas nessa atividade e que devem acompanhar o processo desde sua análise até a liquidação da operação.

O agente de crédito, aqui caracterizado como a pessoa treinada para prestar orientação sobre o planejamento do negócio e definir as necessidades de crédito e de gestão, se diferencia de um gerente de contas do sistema financeiro tradicional, pois tem como responsabilidade entender o microempreendimento, avaliar a necessidade de capital e a capacidade de pagamento do empreendimento.

As instituições financeiras, nas pessoas de seus gerentes de contas, ainda não estão preparadas para atender a esse mercado. Os gerentes são voltados e treinados à venda de produtos e não ao crédito, ficando este último ao envio de números ao sistema, que, eletronicamente, processa as informações e estabelece o limite de crédito às empresas, sem conhecer em detalhes a real situação e atividade da empresa.

Em vista dessa dificuldade, o SEBRAE procura implantar as Sociedades de Garantia de Crédito, que, no seu escopo, viria a preencher essa lacuna, onde a figura do gestor deverá analisar e acompanhar a operação de crédito desde a análise e execução da proposta até o repagamento da operação, fazendo com que o PNMO atinja sua finalidade.

5.4 SOCIEDADES DE GARANTIA DE CRÉDITO

A implantação de uma Sociedade de Garantia de Crédito, idealizada e coordenada pelo SEBRAE, tem como objetivo ser um instrumento facilitador de acesso ao crédito para as MPMEs.

Os parâmetros do SEBRAE para implantação de uma SGC são:

- aporte de capital por cinco anos renováveis por mais cinco;
- esse capital deve ser remunerado à taxa de mercado (CDI);
- cobertura de despesas técnicas por 30 meses;
- não cobertura de custos operacionais como aluguel, salários, etc.;
- o aporte de capital será feito na proporção 1 x 1 ou seja para cada 1 R\$ aportado por terceiros, o SEBRAE aporta 1 R\$;
- taxa de risco de 0,15% ao mês, que será cobrada do cliente para cobertura da garantia prestada;
- a SGC será uma empresa privada na forma de OSCIP e deverá encontrar parceiros que façam aportes de capital para que o SEBRAE aporte na mesma proporção;
- para emissão das cartas de garantia às instituições financeiras, a SGC deverá analisar cada operação por meio de um estudo de viabilidade econômica, identificando o potencial do projeto e os riscos inerentes à operação, corrigindo as falhas e orientando o cliente na readequação do projeto, caso o estudo mostre, no primeiro momento, alguma inviabilidade;
- o acompanhamento da operação por parte do gestor e sua equipe até a sua liquidação dá ao sistema uma maior segurança.

A Sociedade de Garantia de Crédito, fomentada e implantada pelo SEBRAE em parceria com entidades privadas e Associações de Classe para atender às MPMEs tem o mesmo escopo do FAMPE, mas uma estrutura diferenciada, delegando ao gestor dessa empresa e sua diretoria a responsabilidade sobre a aprovação e o controle das operações ao invés das instituições financeiras, como no FAMPE.

A participação do SEBRAE nesse empreendimento é limitada a cinco anos, podendo ser prorrogada por mais cinco, conforme Carta Circular nº 03/2008, onde, ao final

desse período, o capital injetado no projeto deverá ser retornado ao SEBRAE, cujo montante deverá ser corrigido pela taxa de mercado (CDI).

Em sua formatação, a taxa que deverá ser cobrada do cliente como fator de risco das operações é cinquenta por cento superior às taxas cobradas pelo FAMPE, o que vem a encarecer o custo final ao cliente.

Devido à não regulamentação das SGCs, estas não tem acesso a informações junto ao Banco Central para consulta do risco individual dos tomadores, o que aumenta a assimetria de informação e o risco de exposição junto ao cliente.

6 CONCLUSÃO

A participação da MPME no desenvolvimento de um país é muito importante, pois essas empresas empregam grande parte da mão de obra e possuem uma maior flexibilidade de adaptação a novos cenários e mudanças.

A recente crise financeira mundial mostrou que um controle mais rígido sobre o sistema financeiro é necessário para evitar crises sistêmicas e bolhas especulativas que podem, pela falta de controle, causar um colapso na economia dos países e do sistema como um todo.

O governo brasileiro, juntamente com SEBRAE, tem desenvolvido um trabalho e ferramentas importantes na ajuda das MPMEs visando facilitar o acesso ao crédito, melhorar a gestão dessas empresas e a formação de seus gestores.

O FUNPROGER, por intermédio de recursos geridos pelo Banco do Brasil aplicados no programa PROGER/Setor Urbano, juntamente com o FAMPE, que tem crescido nesses dois últimos anos garantindo operações no montante de R\$ 296,7 milhões em 2007 para R\$ 2.760 bilhões em 2009, são ferramentas que começam a ser percebidas pelo MPME. Essas ferramentas, de um lado, têm o seu escopo de criação ainda muito aquém do seu objetivo devido à dificuldade de acompanhamento dos gerentes das instituições financeiras, que não conseguem acompanhar as operações após a sua efetivação até a sua liquidação, ou seja, não conseguem fazer adequadamente o trabalho de gestão e de acompanhamento do desenvolvimento da MPME.

Por outro lado, o SEBRAE, que, dentro de sua estrutura, tem procurado atender aos MPMEs com programas de capacitação, orientação e gestão, não teria como ser o gestor desses programas fazendo o acompanhamento da aplicação desses recursos de forma eficaz com o seu quadro de pessoal. Dessa forma é que se criou a Sociedade de Garantia de Crédito, que deverá cobrir essa lacuna por meio de uma estrutura própria ou terceirizada atendendo aos MPMEs, avaliando seus projetos e necessidades de recursos, identificando a melhor solução quanto ao produto de crédito que melhor venha a atender à necessidade de cada MPME.

A Sociedade de Garantia de Crédito é uma ferramenta importante no desenvolvimento das MPMEs e tem sido utilizada em diversos países como forma de alavancar o crescimento e a geração de emprego e renda.

Possuidor de um índice de desenvolvimento humano e índice de desenvolvimento da MPME elevado em relação ao restante do Estado, o Oeste paranaense é uma localização com um bom potencial para a implantação de uma SGC. A região apresenta uma forte estrutura e cultura cooperativista, fator que facilita a integração dos clientes à SGC, bastando conscientizá-los das vantagens em pertencer a essa sociedade, contribuindo para a sua manutenção e o seu desenvolvimento saudável por meio da pontualidade do cumprimento de suas obrigações e recursos tomados junto a ela.

O trabalho do gestor da SGC e da sua equipe na análise do projeto e no acompanhamento da operação até a sua liquidação é de vital importância para a manutenção do baixo índice de inadimplência e dos repagamentos dos empréstimos e baixa de garantias.

A assessoria prestada ao cliente deverá contribuir para a diminuição da assimetria de informações, proporcionando ao cliente um melhor conhecimento dos produtos financeiros que melhor se adaptem à sua empresa e que proporcionem um crescimento e desenvolvimento de seus negócios e ao gestor, conhecer a realidade da empresa obtendo informações que estão além dos dados contábeis apresentados -- dados esses fragilizados diante da realidade fiscal e tributária brasileira, que onera em demasia o produto e a empresa, direcionando o empresário para a informalidade.

O acesso às informações, *ex-ante*, junto ao Banco Central para levantamento de dados dos clientes quanto à situação de crédito e inadimplência no sistema é de fundamental importância para diminuir a assimetria de informação e aprovação segura das operações -- o que hoje ainda não ocorre.

A regulamentação das SGCs dentro do sistema financeiro nacional se faz necessária para evitar um crescimento desordenado dessas operações, evitando que produtos sejam lançados no mercado financeiro sem controle e gerando insegurança nos mercados.

A capitalização das SGCs no período de cinco a dez anos é fundamental para a sobrevivência após a saída do SEBRAE do sistema. Isso poderá ser alcançado mediante a participação de cooperativas de produção e crédito, que deverão participar ativamente desse sistema, aportando recursos que seriam revertidos em projetos e análises voltados aos seus cooperados, que se beneficiariam de créditos mais baratos e do acompanhamento especializado de profissionais por meio do suporte e monitoramento do negócio e orientação necessária no desenvolvimento das atividades.

O aporte de recursos por parte do governo e permanência deste no sistema deveria ser por um tempo indeterminado ou de longo prazo, permitindo à SGC sua capitalização por meio do diferencial da taxa de remuneração, que deveria ser inferior

à SELIC, o que proporcionaria um crescimento constante e fortalecimento das SGCs, da mesma forma como é feito em outros países, dando maior competitividade ao mercado e proporcionando ferramentas adequadas de apoio às MPMEs.

Um importante passo para a participação dos municípios na forma de aporte de recursos nas SGCs foi dado com o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte Lei Geral, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. As três grandes prefeituras, Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo já aprovaram, no final de 2009, por intermédio de seu respectivo poder legislativo, item que contempla, dentro da Lei Geral do Município, a possibilidade do aporte de recursos por parte das mesmas nas Sociedades de Garantia de Crédito.

Na estrutura idealizada pelo SEBRAE para a SGC, é necessário um baixo custo operacional para dar um equilíbrio financeiro frente à baixa receita gerada nos serviços prestados por meio de taxas cobradas, que não podem onerar o cliente e a operação.

Para se alcançar esse baixo custo operacional será necessária uma parceria com o SEBRAE por intermédio de seus consultores credenciados, que deverão prestar o serviço de análise de viabilidade dos projetos apresentados pelo cliente e acompanhamento do projeto até o pagamento final do crédito.

Para que se tenha uma uniformidade das análises técnicas e acompanhamento das operações em todo território nacional evitando que cada SGC crie seu próprio padrão de análise e controle, o SEBRAE deve coordenar o desenvolvimento de um *software* de análise de crédito e controle das operações (Conforme informação obtida pelo autor junto à sede do SEBRAE em Curitiba, esse *software* está em fase de desenvolvimento).

Essa padronização deve trazer uma gama de informações importantes ao sistema, formando um banco de dados sobre o comportamento da MPMEs principalmente no tocante ao crédito.

O principal fator para o sucesso da SGC será a capacidade de gestão e de avaliação das MPMEs, fator esse que é o elo fraco dos diversos programas e produtos criados até o momento. Na opinião do autor, o FAMPE foi criado com o mesmo objetivo, mas, até o momento, é oferecido somente por instituições como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. A utilização do FAMPE pelas Cooperativas de Crédito e uma parceria dessas instituições com as SGCs fortaleceria o sistema, gerando uma maior competição no mercado e beneficiando o pequeno tomador.

O FAMPE deveria ser alocado às SGCs, pois são similares e deveria ser gerido pela SGC, que deverá criar, em sua estrutura, uma forma de acompanhar essas

operações durante a vida do crédito, o que hoje é o principal fator negativo nos recursos alocados e não acompanhados pelas estruturas existentes nos agentes de crédito que atuam com esse produto.

Um limitador à tomada de recursos de terceiros pelas empresas é a informalidade em que elas operam, isso devido à alta tributação no Brasil, o que faz com que os dados contábeis informados fiquem aquém de sua real situação e potencial produtivo, fazendo com que instrumentos paralelos de análise financeira, como balanços gerenciais, sejam utilizados. Isso gera uma assimetria de informação e dificuldade em medir o risco com base nos dados apresentados, encarecendo, dessa forma, o *spread* das operações, dificultando o acesso ao crédito principalmente dos MPMES, que passam a utilizar recursos próprios amealhados na informalidade de seus próprios negócios.

Pontos Positivos de uma SGC

- Envolvimento das Associações Comerciais
- Gerida por entidade privada
- Ter uma estrutura profissional
- Apoio do SEBRAE
- Sucesso em outros países
- Região tem um IDH-M e ID-MPE alto
- Estrutura enxuta e com apoio de terceiros.

Pontos Negativos de uma SGC

- Falta de regulamentação
- Remuneração do Fundo ao SEBRAE dificulta a capitalização da SGC
- Prazo de 10 anos do Fundo - SEBRAE
- FAMPE - principal concorrente
- Não ter uma formatação que seja padrão de análise de crédito
- Falta de acesso à consulta/risco BACEN.

Uma Sociedade de Garantia de Crédito se tornará viável à medida que conseguir montar uma estrutura de gestão das operações, tendo: acesso a dados do cliente via

Banco Central; uma regulamentação clara; aporte de recursos por parte do governo sem a necessidade de remuneração pela taxa cheia do CDI e por prazos maiores do que os atualmente estabelecidos e desenvolva um trabalho conjunto com as Cooperativas de Produção e Crédito.

Outros estudos sobre o tema, que trariam novos subsídios à criação das SGCs, fazendo com que essa nova ferramenta seja utilizada de forma mais eficaz, trazendo um desenvolvimento sustentável às MPMEs seriam:

- o impacto da tributação como causa da informalidade das MPMs;
- a utilização de recursos próprios e a transparência dos registros contábeis;
- os recursos empregados pelo governo ou entidades em novas ferramentas como a SGC proporcionariam um retorno maior se alocados à capacidade de gestão e treinamento de gerentes ou equipes especiais de acompanhamento e gestão de clientes junto às cooperativas de crédito ou ao próprio SEBRAE.

REFERÊNCIAS

- ALVES, S. D. S.; SOARES, M. M. **Democratização do crédito no Brasil**: atuação do Banco Central. Brasília: BCB, 2004.
- ALTMAN, E. I.; CAOUILLE, J. B.; NARAYANANA, P. I. **Gestão do risco de crédito**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.
- ANJALI, K. **Brazil: access to financial services**. The World Bank Group: Washington, 2004.
- ASSAF, N. A. **Mercado financeiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BALDWIN, R.; HOOD, C. A.; SCOTT, C. **Reader on regulation**. New Jersey: Oxford University Press, p. 3-4, 1994.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema de informação de crédito Banco Central do Brasil**. Brasília: BCB, 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009.
- BANCO DO BRASIL. **Simulação**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/>>. Acesso em: 14 jan. 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Fis/Relatorios/RelatoriosSetoriais_Financeiras-CFI_Dezembro2005.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2009.
- BARONE, F. M. et alii. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.
- Bank for International Settlements. **Quarterly Review: Press & Communications**, Basel, 2009.
- BRAGA, M. B. Considerações teóricas acerca da existência de informação nos mercados de crédito. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, 1998. **Anais...** ANPEC, 1998.
- BRASIL. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Dispõe sobre o programa nacional de micro crédito produtivo orientado. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.
- CARR, R. K. et alii. **American democracy in theory and practice**. New York: Rinehart & Company, INCI, 3. ed, p.729-739, 1955.
- CARVALHO, C. E.; ABRAMOVAY, R. **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas**: diagnóstico e perspectivas: diagnóstico da oferta e da demanda de serviços financeiros Cap.1. Brasília: SEBRAE, 2004.
- CARVALHO, F. J. C.; SOUZA, F. E.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. R.; STUDART, R. **Economia monetária e financeira**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHRISTEN, R. P.; LYMAN, T. R.; ROSENBERG, R. *Microfinance consensus guideline*. Washington DC: CGAP The World Bank Group, 2003.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL E NO MUNDO. História O Nascimento do Cooperativismo. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/HistoriaCooperativismo.php>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

ECONOMIA INFORMAL URBANA. Observatório SEBRAE. Brasília: Arte Contexto, 2005.

FABRI, A. Q. Os limites da regulamentação do sistema financeiro pelo Banco Central do Brasil. *Revista Jurídica UNIJUS*, v. 5, n. 1, p. 93, 2002.

FARINA, M. M. Q. et alii. Regulamentação, política antitruste e política industrial. Cap. 4, 1997.

FARINA, M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, Estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997. p. 286.

FEBRABAN, Relatório anual social ambiental e econômico. São Paulo: Ipsis, 2008.

FONSECA, J. B. L. **Direito econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 253.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa. Tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, maio/jun. b, p. 20-29, 1995.

GALLOT, J. *Qu'est-ce que la regulation, contribution pour une definition*. **Revue de la Concurrence et de la Consommation**. Paris, n. 119, jan./fev. 2001.

GRAMEEN BANK. *A Short history of Grameen Bank*, 2009. Disponível em: <<http://www.grameen-info.org/index>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2007. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas>>. Acesso em: 4 out. 2009.

JICK, Todd. D. Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. In: **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, December, p. 602-622, 1979.

LAKATOS, E. M.; MARCONI M, S. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1985.

MAANEN, J. V. *Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface*. In: **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, December, p. 520-526, 1979.

MANNING, P. K. *Metaphors of the field: varieties of organizational discourse*. In: **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, December, p. 660-671, 1979.

MEINEN, Ê.; DOMINGUES, J. N.; DOMINGUES, J. A. S. **Cooperativas de crédito no direito brasileiro**. Porto Alegre, RS: Editora Sagra Luzzatto, 2002.

MELLO, P. C. Regulação não evitará crises. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4, julho 2009. Economia, p. B12.

MICROCREDIT SUMMIT CAMPAING REPORT, Washington DC: 2009.

MONZONI NETO, M. P. **Impacto em renda do micro crédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do crédito popular solidário**. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006.

MORSE, J. *Approaches to qualitative-quantitative methodological triangulation*, Nursing research, 40 (1), 1991, p.120-132.

MÜLLER, M. S.; CORNELSEN, J. M. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. 5. ed. atual. Londrina: Eduel, 2003, 155 p.

NICHTER, S.; GOLDMARK, L; FIORI, A. **Entendendo as micro finanças no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

NORTH, D. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994. p. 38.

_____. *Institutions*. **Journal of Economic Perspective**, Minnesota, v. 5, n. 3, p. 97-112, Winter 1991.

_____. *Institutions, institutional change and economic performance*, New York: Cambridge University Press, 1990. 152p.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Sistema Cooperativista Brasileiro**, 2009.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito história de evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

PINTO JUNIOR, H. Q.; PIRES, M. C. P. **Assimetria de informações e problemas regulatórios**. ANP, 2000. (Nota Técnica, 6).

POPE, C.; MAYS, N., *Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health and health service research*. In: **British Medical Journal**, n. 311, 1995, p. 42-45.

RIGHETTI, C. C. B. **Efeitos do microcrédito na geração de renda em micro empreendimentos**. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROSSATO, M. V.; LIRIO, V. S. **Microeconomia aplicada, assimetria de informação: teoria econômica e abordagens contratuais**. Viçosa: Suprema, 2009.

SAM, H. D. *State of the microcredit*. Washington, DC: Summit Campaign Report, 2009.

SANTOS, C. A. dos; CARVALHO, C. E.; ABRAMOVAY, R. **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas**. Diagnósticos e perspectivas. Brasília: SEBRAE, 2004. p. 17-45.

SEBRAE NACIONAL 2009. Disponível em: < <http://www.busca.sebrae.com.br/search>>. Acesso em: 9 set. 2009, 15:00.

SOARES, M. M.; SOBRINHO, A. D. M. **Micro finanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: Banco Central, 2008.

SOTO, H. **O mistério do capital**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STIGLITZ, J. E.; BOADWAY, R. W. **Economics**. London: W. W. Norton & Company, 1994.

TERZIAN, F. D. Z. **Garantias de crédito, valor econômico**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/>>. Acesso em: jan. 2009.

UOL NOTÍCIAS. EFE, Oslo. **Nobel da Paz 2006 é o bengalês YUNES, o “banqueiro dos Pobres”** 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/10/13/ult1766u18131.jhtm>>. Acesso em: 17 dez. 2009.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: princípios básicos**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

VIECCELLI, O. Atuação conjunta traz vantagens na hora da negociação. Valor Econômico. Salvador, 2008.

WILDEMUTH, B. M. *Post-positivist research: two examples of methodological pluralism*, In: *Library Quarterly*, n. 63, 1993, p. 450-468.

WORLD BANK, *Inequality in Latin America and the Caribbean, Breaking with History?*, Washington: The World Bank, 2003, p. 15.

WORLD COUNCIL OF CREDIT UNIONS, *Statistical Report*, 2008.

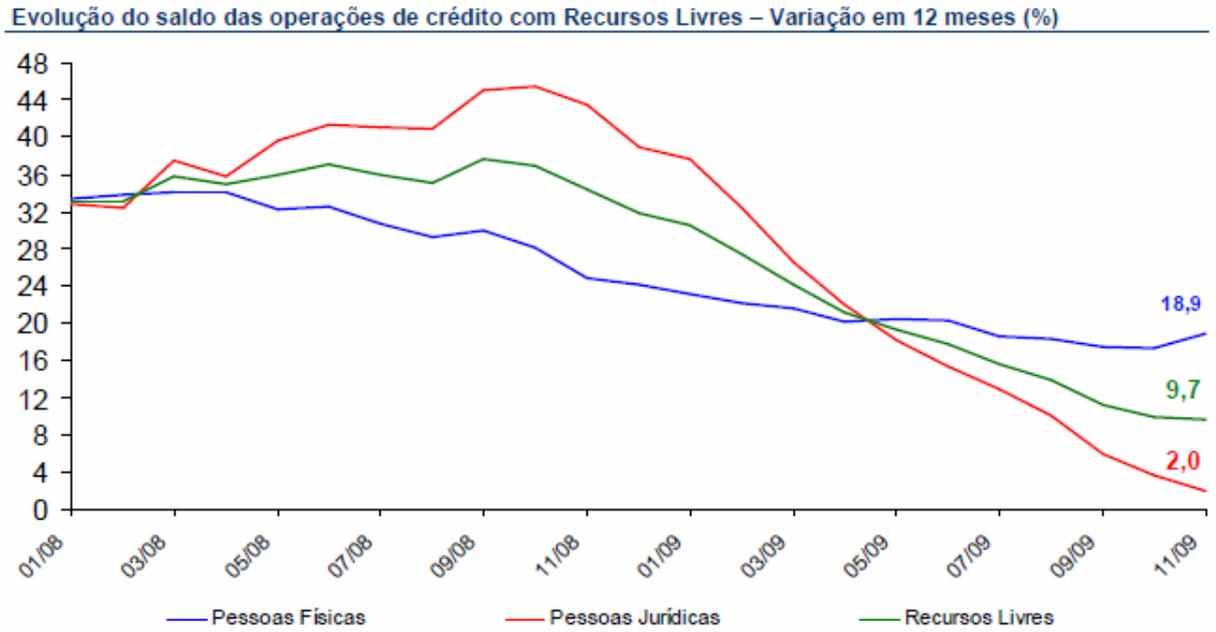
WORLD ECONOMIC SITUATION AND PROSPECTS 2010, *Global outlook*. New York: United Nations, 2009.

ZILBERSZTAJN, D. **Estrutura de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições**, 1995. 238 f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1995.

ANEXOS

Anexo 1

Evolução do Crédito

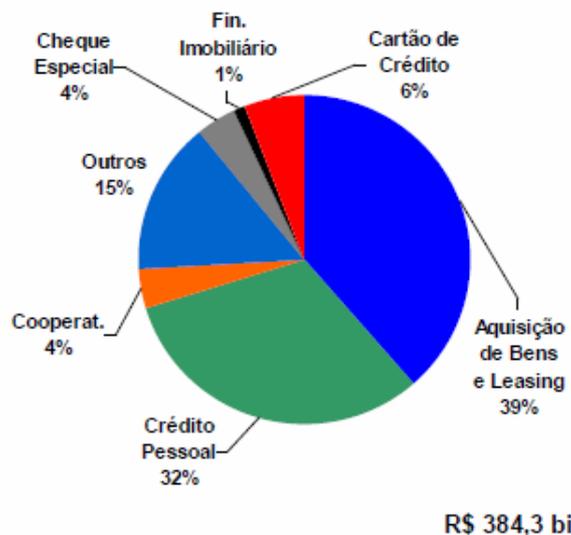


Fonte: Banco Central do Brasil

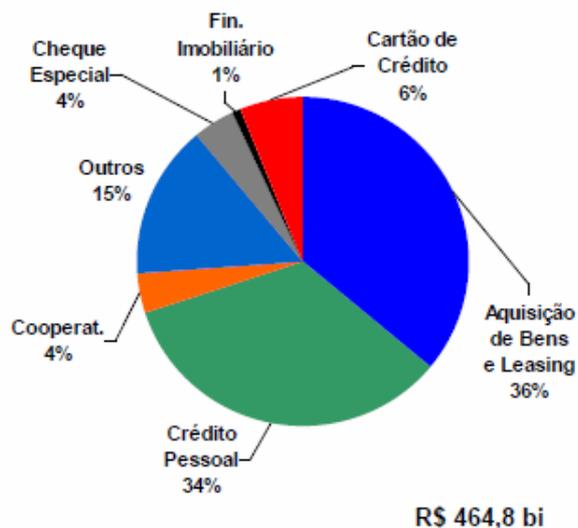
Anexo 2

Evolução do Crédito - Pessoa Física

Pessoa Física (%) – Saldo com Recursos Livres - SETEMBRO 2008



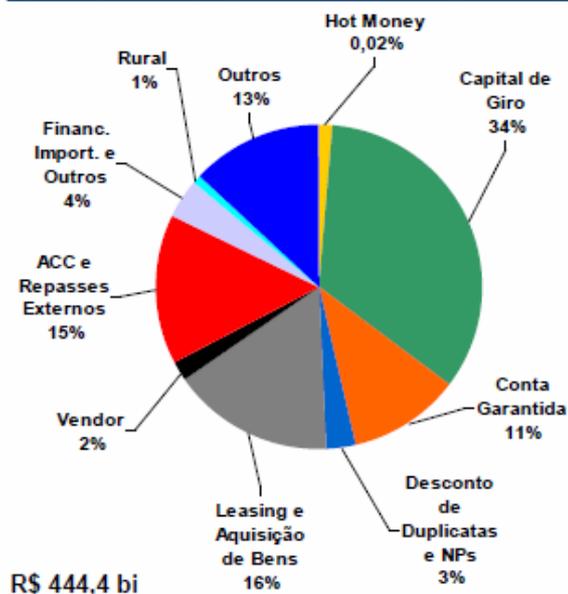
Pessoa Física (%) – Saldo com Recursos Livres - NOVEMBRO 2009



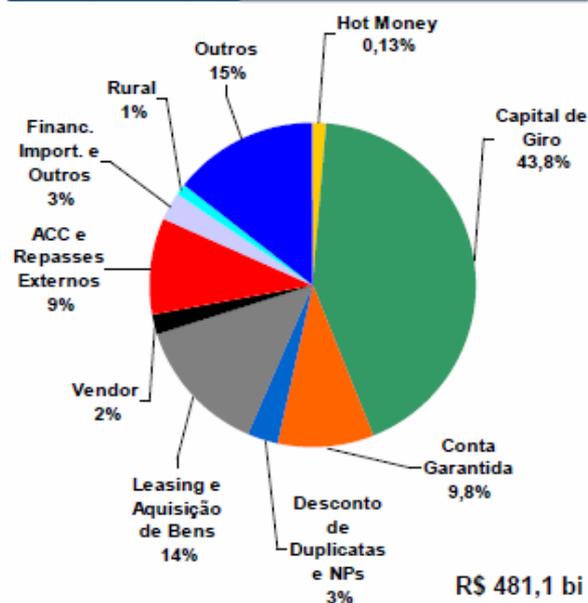
Fonte: Banco Central do Brasil

Evolução do Crédito - Pessoa Jurídica

Pessoa Jurídica (%) – Saldo com Recursos Livres - SETEMBRO 2008



Pessoa Jurídica (%) – Saldo com Recursos Livres - NOVEMBRO 2009

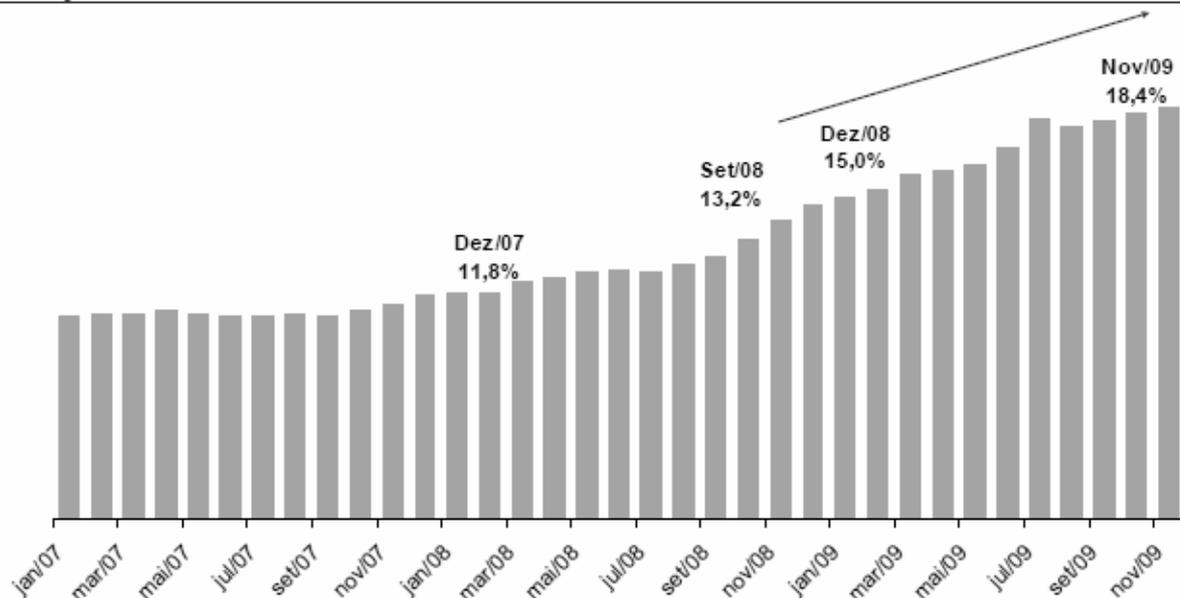


Fonte: Banco Central do Brasil

Anexo 3

Evolução do Crédito % do PIB

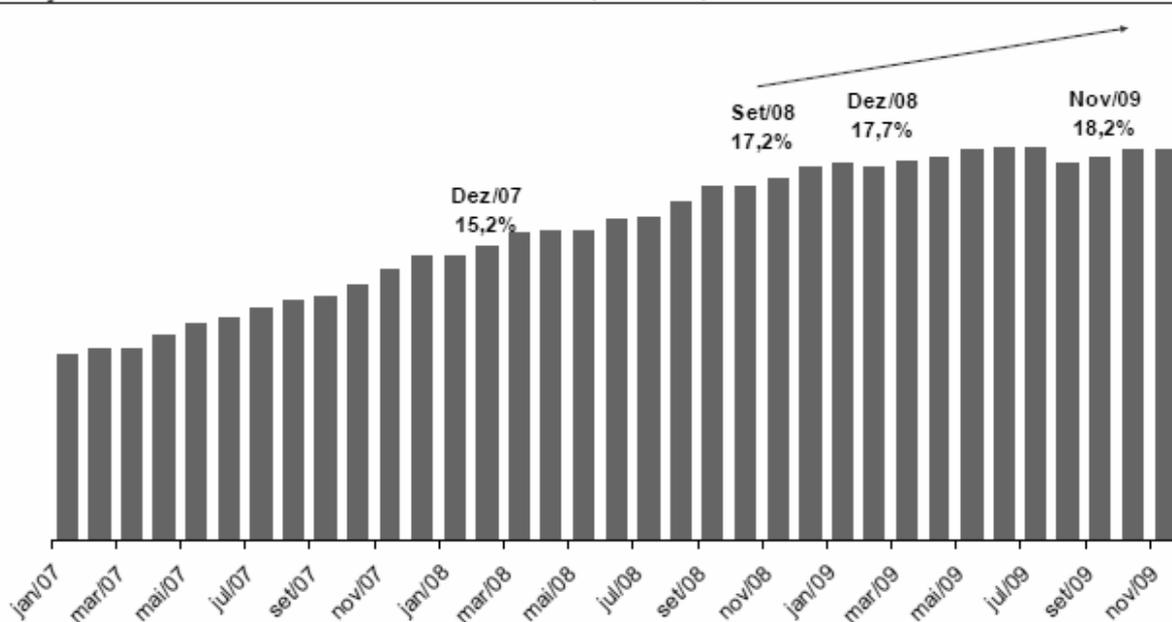
Evolução do Crédito dos Bancos Públicos (% do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil

Evolução do Crédito % do PIB

Evolução do Crédito dos Bancos Privados Nacionais (% do PIB)

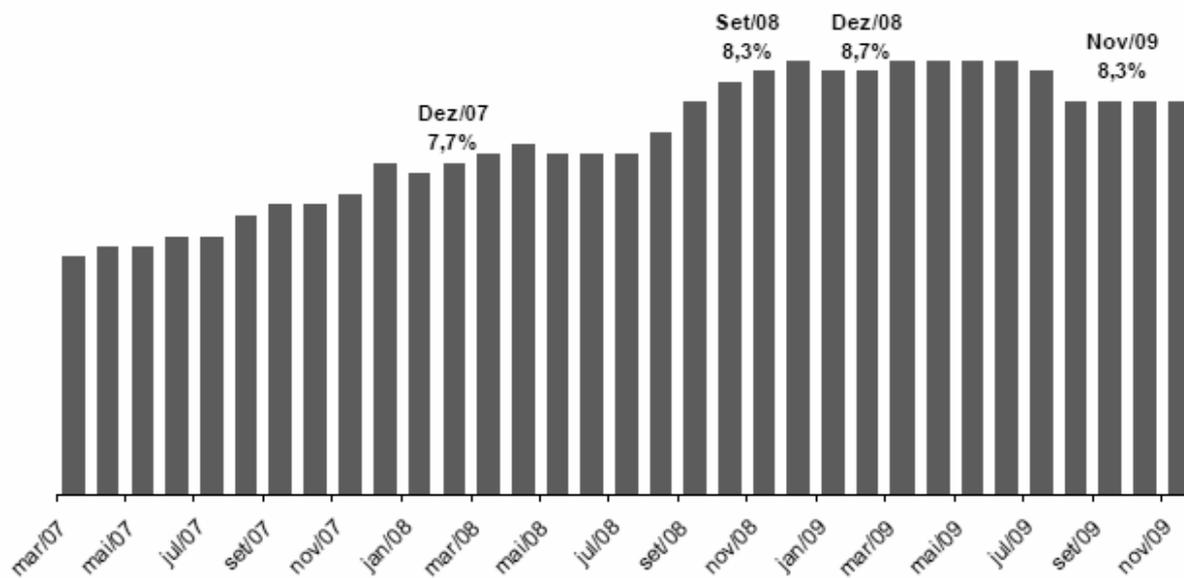


Fonte: Banco Central do Brasil

Anexo 4

Evolução do Crédito % do PIB

Evolução do Crédito dos Bancos Estrangeiros (% do PIB)

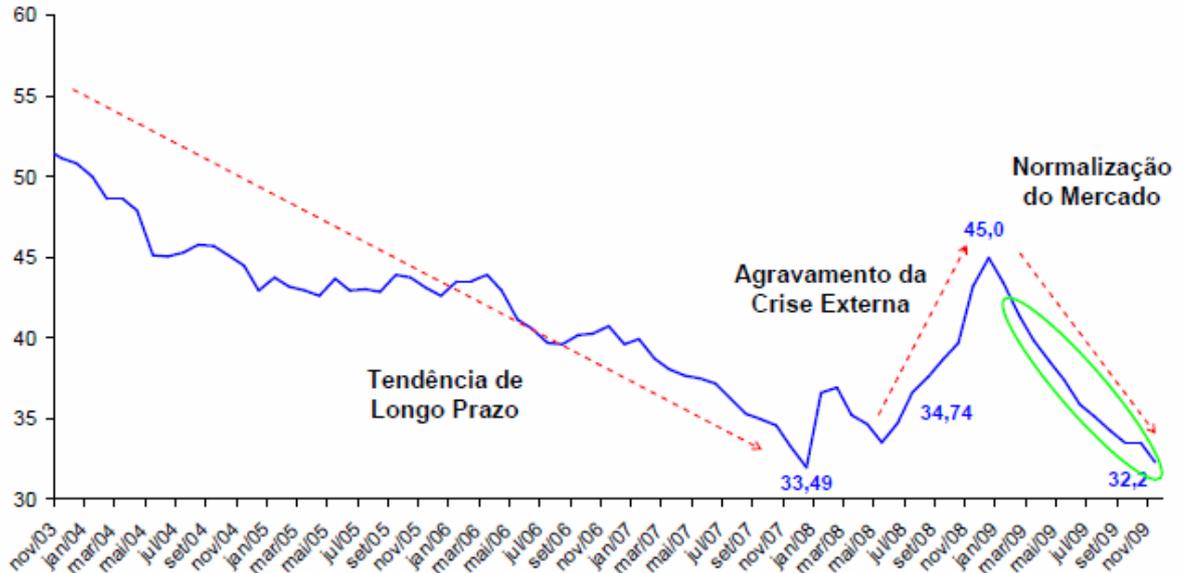


Fonte: Banco Central do Brasil

Anexo 5

Spread

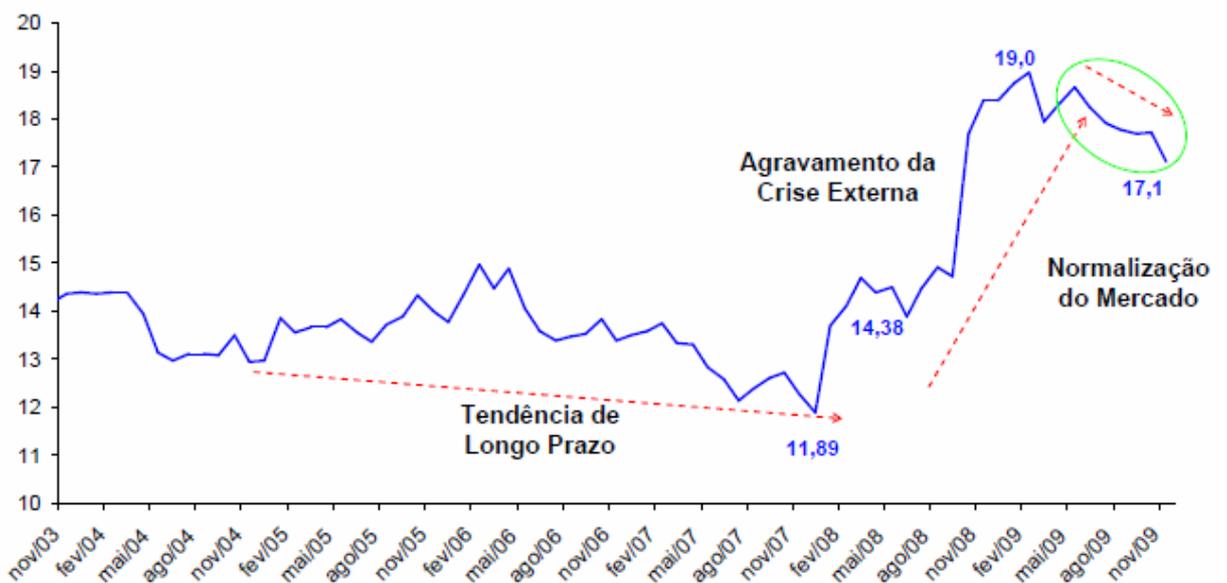
Evolução do Spread Bancário no Longo Prazo – Pessoa Física



Fonte: Banco Central do Brasil

Spread

Evolução do Spread Bancário no Longo Prazo – Pessoa Jurídica (%a.a.)

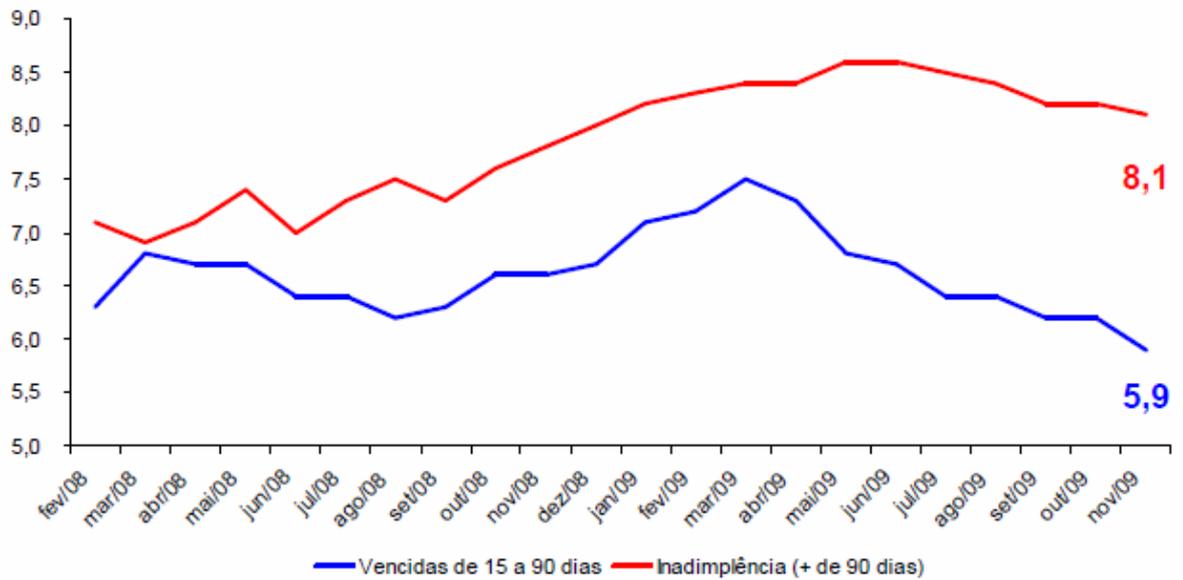


Fonte: Banco Central do Brasil

Anexo 6

Inadimplência

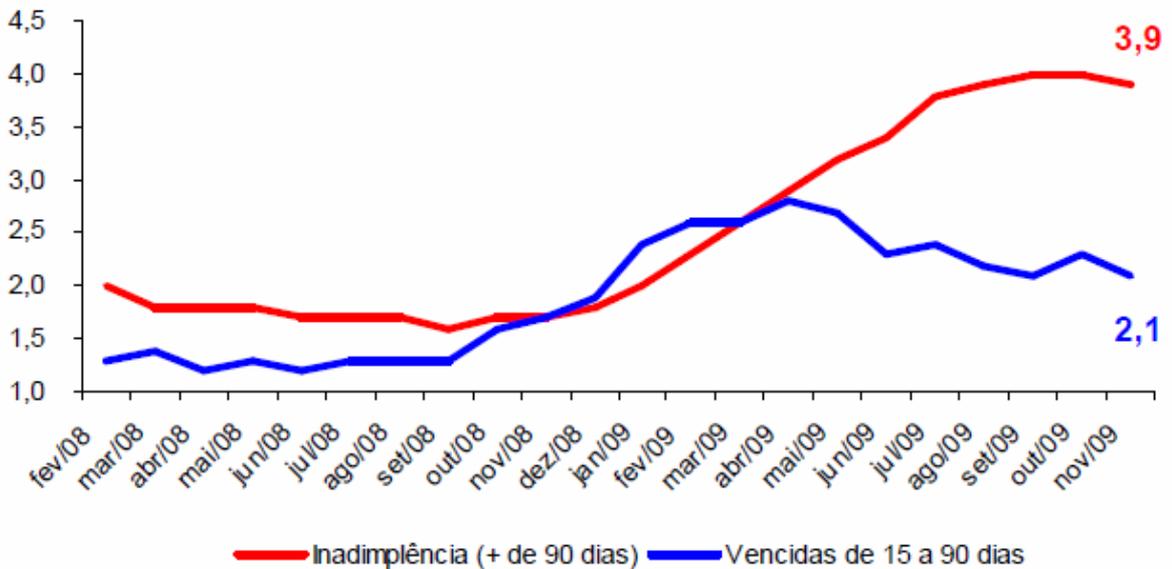
Vencidas de 15 a 90 dias e Inadimplência (+ de 90 dias) – Pessoa Física



Fonte: Banco Central do Brasil

Inadimplência

Vencidas de 15 a 90 dias e Inadimplência (+ de 90 dias) – Pessoa Jurídica



Fonte: Banco Central do Brasil

Anexo 7

Percentual de empresas do setor informal que utilizou crédito nos últimos 3 meses, por grupos de atividade, segundo o tipo de empresa – Brasil 2003 – (%)

Utilização de créditos nos últimos 3 meses	Empresas do setor informal										
	Grupos de Atividades										
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Utilizou Créditos	6,1	4,5	1,4	8,5	7,2	9,2	6,7	7,2	4,3	4,2	5,5
Não Utilizou Créditos	93,9	95,5	98,6	91,4	92,8	90,7	93,1	92,7	95,7	95,8	94,4
Sem Declaração	0,1	0	0	0,1	0	0,1	0,2	0,1	0	0	0,2
Conta Própria	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Utilizou Créditos	5,1	3,4	1,1	7,3	6,5	8,1	5,5	5,6	3,6	0,7	5,5
Não Utilizou Créditos	94,9	96,6	98,9	92,6	93,5	91,8	94,3	94,4	96,4	99,03	94,4
Sem Declaração	0	0	0	0,1	0	0,1	0,2	0	0	0	0,2
Empregador	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Utilizou Créditos	13,2	12,7	3,5	16,4	10,5	25,2	13,2	11,7	13,5	27,9	6,4
Não Utilizou Créditos	86,7	87,1	96,5	83,5	89,4	74,8	86,8	88,1	86,4	72,1	93,6
Sem Declaração	0,1	0,1	0	0,1	0,1	0	0	0,2	0	0	0

Fonte: Economia Informa Urbana - EC INF 2003 IBGE Tabela 29

1. Ind. De Transformação e Extrativa 2. Construção Civil 3. Comércio e Reparação 4. Serviço de Alojamento e Alimentação 5. Transporte Armazenamento e Comunicação 6. Atividade Imobiliária Aluguéis e Serviços 7. Educação Saúde e Serviço Social 8. Outros Serviços 9. Outras Atividades 10 Atividades não Definidas

Anexo 8

Empresas do setor informal que obtiveram créditos nos últimos 3 meses por tipo de empresa, segundo a origem dos recursos.

Origem dos recursos	Empresas do setor informal que obtiveram créditos nos últimos 3 meses		
	Total	Tipo de Empresa	
		Conta Própria	Empregador
Total	626.617	462.861	163.756
Com amigos e parentes	99.259	81.991	17.269
Banco Público ou Privado	363.930	248.041	115.889
Com o próprio fornecedor	99.109	82.866	16.243
Com outras empresas ou pessoas	49.664	38.513	11.151
Outra Origem	9.952	7.884	2.067
Sem Declaração	4.703	3.567	1.137

Fonte: Economia Informa Urbana - EC INF 2003 IBGE Tabela (31)

Anexo 9 - Municípios

Microrregião de Toledo		Microrregião de Cascavel		Microrregião de Foz do Iguaçu	
	Municípios		Municípios		Municípios
1	Assis Chateaubriand	1	Anahy	1	Céu Azul
2	Diamante D'Oeste	2	Boa Vista da Aparecida	2	Foz do Iguaçu
3	Entre Rios do Oeste	3	Braganey	3	Itaipulândia
4	Formosa do Oeste	4	Cafelândia	4	Matelândia
5	Guaíra	5	Campo Bonito	5	Medianeira
6	Iracema do Oeste	6	Capitão Leônidas Marques	6	Missal
7	Jesuítas	7	Cascavel	7	Ramilândia
8	Marechal Cândido Rondon	8	Catanduvás	8	Santa Terezinha de Itaipu
9	Maripá	9	Corbélia	9	São Miguel do Iguaçu
10	Mercedes	10	Diamante do Sul	10	Serranópolis do Iguaçu
11	Nova Santa Rosa	11	Guaraniaçu	11	Vera Cruz do Oeste
12	Ouro Verde do Oeste	12	Ibema		
13	Palotina	13	Iguatu		
14	Pato Bragado	14	Lindoeste		
15	Quatro Pontes	15	Nova Aurora		
16	Santa Helena	16	Santa Lúcia		
17	São José das Palmeiras	17	Santa Tereza do Oeste		
18	São Pedro do Iguaçu	18	Três Barras do Paraná		
19	Terra Roxa				
20	Toledo				
21	Tupãssi				

Fonte IPARDES 2009

Anexo 10

Microrregião de Toledo

Municípios		Universo	Amostra
1	Assis Chateaubriand	779	23
2	Diamante D'Oeste	146	4
3	Entre Rios do Oeste	225	7
4	Formosa do Oeste	364	11
5	Guaíra	1613	48
6	Iracema do Oeste	18	1
7	Jesuítas	187	6
8	Marechal Cândido Rondon	2352	71
9	Maripá	292	9
10	Mercedes	212	6
11	Nova Santa Rosa	337	10
12	Ouro Verde do Oeste	135	4
13	Palotina	1152	35
14	Pato Bragado	238	7
15	Quatro Pontes	173	5
16	Santa Helena	1720	52
17	São José das Palmeiras	120	4
18	São Pedro do Iguaçu	80	2
19	Terra Roxa	1380	41
20	Toledo	3967	119
21	Tupãssi	133	4
Total		15.623	469

Microrregião de Cascavel

Município	Universo	Amostra
1. Anahy	38	1
2. Boa Vista da Aparecida	88	3
3. Braganey	102	3
4. Cafelândia	650	20
5. Campo Bonito	111	3
6. Capitão Leônidas Marques	241	7
7. Cascavel	13385	313
8. Catanduvas	188	6
9. Corbélia	382	11
10. Diamante do Sul	23	1
11. Guaraniaçu	614	18
12. Ibema	95	3
13. Iguatu	45	1
14. Lindoeste	288	9
15. Nova Aurora	270	8
16. Santa Lúcia	31	1
17. Santa Tereza do Oeste	50	2
18. Três Barras do Paraná	390	12
Total	16.991	421

Microrregião de Foz do Iguaçu

Municípios		Universo	Amostra
1	Céu Azul	52	2
2	Foz do Iguaçu	11200	224
3	Itaipulândia	205	6
4	Matelândia	356	11
5	Medianeira	1929	58
6	Missal	492	15
7	Ramilândia	43	1
8	Santa Terezinha de Itaipu	310	9
9	São Miguel do Iguaçu	872	26
10	Serranópolis do Iguaçu	121	4
11	Vera Cruz do Oeste	156	5
Total		15.736	360

Fonte Pesquisa

Anexo 11 PIBs Municipais e PIB per Capita 2007

MR	Cidade	População	PIB Munic. 000	PIB Per Capta
Cascavel	Anahy	2.868	45.193	15.758
	Boa Vista da Aparecida	7.818	49.311	6.307
	Braganey	6.044	85.705	14.180
	Cafelândia	13.065	323.255	24.742
	Campo Bonito	4.426	64.658	14.609
	Capitão L. Marques	13.616	554.726	40.741
	Cascavel	285.784	4.001.760	14.003
	Catanduvas	9.578	113.775	11.879
	Corbélia	15.428	241.072	15.626
	Diamante do Sul	3.665	20.126	5.491
	Guaraniaçu	15.959	150.303	9.418
	Ibema	5.927	57.665	9.729
	Iguatu	2.286	28.850	12.620
	Lindoeste	5.446	48.559	8.916
	Nova Aurora	11.753	161.067	13.704
	Santa Lúcia	3.725	32.354	8.686
	Santa Tereza do Oeste	9.378	99.747	10.636
Tres Barras do Paraná	11.718	96.052	8.197	
Foz do Iguaçu	Céu Azul	17.693	141.581	8.002
	Foz do Iguaçu	311.336	6.142.204	19.729
	Itaipulândia	8.581	93.776	10.928
	Matelândia	15.404	191.211	12.413
	Medianeira	38.397	524.612	13.663
	Missal	10.412	114.604	11.007
	Ramilândia	4.147	33.993	8.197
	Santa Terez. de Itaipu	19.552	209.007	10.690
	São Miguel do Iguaçu	25.341	388.066	15.314
	Serranópolis do Iguaçu	4.327	61.882	14.301
	Vera Cruz do Oeste	9.099	88.689	9.767

Toledo	Assis Chateaubriand	32.226	441.411	13.697
	Diamante D'Oeste	4.944	40.843	8.261
	Entre Rios do Oeste	3.842	57.797	15.043
	Formosa do Oeste	7.532	75.869	10.073
	Guaíra	28.683	318.860	11.117
	Iracema do Oeste	2.580	27.557	10.681
	Jesuítas	8.825	76.464	8.664
	Marechal C. Rondon	44.562	749.131	16.811
	Maripá	5.571	122.150	21.926
	Mercedes	4.713	68.900	14.619
	Nova Santa Rosa	7.582	102.348	13.499
	Ouro Verde do Oeste	5.465	59.715	10.927
	Palotina	27.545	648.198	23.532
	Pato Bragado	4.631	47.553	10.268
	Quatro Pontes	3.669	56.547	15.412
	Santa Helena	22.794	269.086	11.805
	São José das Palmeiras	3.873	28.490	7.356
	São Pedro do Iguaçu	6.540	69.567	10.637
	Terra Roxa	16.208	246.143	15.187
	Toledo	109.857	1.854.698	16.883
Tupãssi	7.755	115.170	14.851	

Fonte IPARDES 2007

Anexo 12

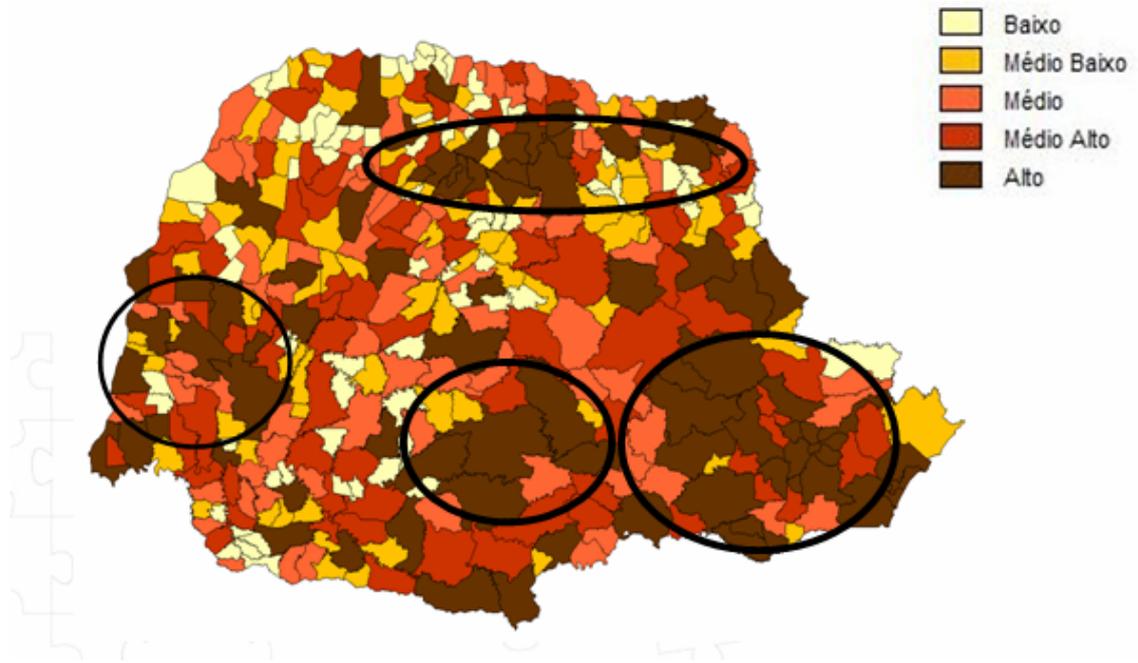
Indicadores do ID-MPE

ÍNDICE (1)	DIMENSÕES (3)	INDICADORES (17)
ID-MPE	IDE 1/3	Criação de Empresas
		Sobrevivência de Empresas
		Expansão dos Negócios
		Volume dos Negócios
	IDM 1/3	Criação de Emprego
		Dimensão da Massa Salarial
		Evolução da Massa Salarial
		Dimensão do Mercado Local
		Crescimento da Renda <i>per capita</i>
		População
	IDI 1/3	Qualidade da Educação
		Empregos em Ciência, Tecnologia e Inovação
		Capacidade de Investimento Público Municipal
		Sistema Financeiro
		Infraestrutura de Comunicação
		Mecanismos de Apoio a MPE: LGMPE e PDM
		Entidades Empresariais

Fonte SEBRAE

Anexo 13

IDE – Desenvolvimento Empresarial



Fonte SEBRAE

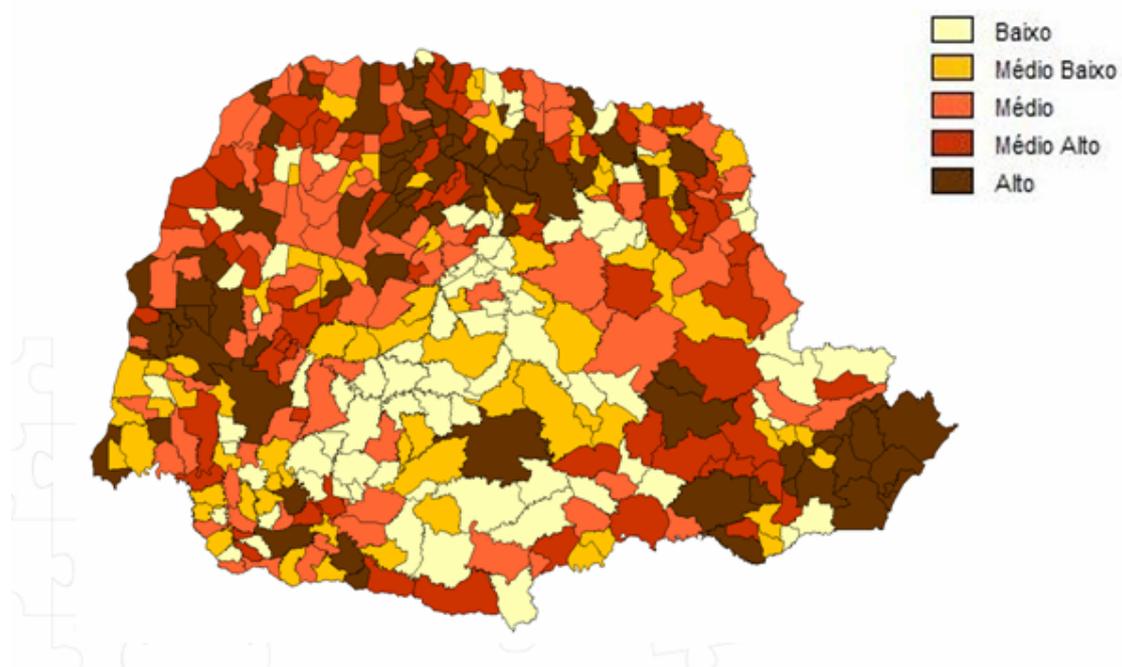
IDM – Desenvolvimento de Mercado



Fonte SEBRAE

Anexo 14

IDI – Desenvolvimento Institucional



Fonte SEBRAE

Anexo 15

Número de Empresas por Setor

	Municípios Toledo	Ind.	Com.	Serv.	Agr.Pec.	Total
1	Assis Chateaubriand	95	348	177	179	799
2	Diamante D'Oeste	5	26	7	36	74
3	Entre Rios do Oeste	27	53	27	32	139
4	Formosa do Oeste	24	59	29	14	126
5	Guáira	77	295	168	73	613
6	Iracema do Oeste	3	4	5	6	18
7	Jesuítas	18	51	31	19	119
8	Marechal Cândido Rondon	273	683	468	133	1.557
9	Maripá	26	46	40	35	147
10	Mercedes	21	54	32	10	117
11	Nova Santa Rosa	43	59	58	40	200
12	Ouro Verde do Oeste	7	27	19	25	78
13	Palotina	159	344	258	189	950
14	Pato Bragado	29	69	40	12	150
15	Quatro Pontes	33	31	41	21	126
16	Santa Helena	102	212	140	47	501
17	São José das Palmeiras	3	31	12	16	62
18	São Pedro do Iguaçu	7	30	19	31	87
19	Terra Roxa	76	139	75	89	379
20	Toledo	613	1.270	950	298	3.131
21	Tupãssi	21	51	36	36	144
	Total	1.662	3.882	2.632	1.341	9.517
Municípios Cascavel		Ind.	Com.	Serv.	Agr.Pec.	Total
1	Anahy	5	12	8	7	32
2	Boa Vista da Aparecida	21	40	23	16	100
3	Braganey	6	31	18	38	93
4	Cafelândia	33	112	142	60	347
5	Campo Bonito	4	16	11	32	63
6	Capitão Leônidas Marques	55	115	56	20	246

7	Cascavel	1.175	3.222	2.303	529	7.229
8	Catanduvas	20	43	36	87	186
9	Corbélia	59	133	87	144	423
10	Diamante do Sul	0	13	3	16	32
11	Guaraniaçu	44	141	100	140	425
12	Ibema	20	48	20	17	105
13	Iguatu	3	12	6	8	29
14	Lindoeste	5	22	18	42	87
15	Nova Aurora	21	87	57	83	248
16	Santa Lúcia	11	17	9	4	41
17	Santa Tereza do Oeste	37	61	35	39	172
18	Três Barras do Paraná	16	76	29	21	142
	Total	1.535	4.201	2.961	1.303	10.000
Municípios Foz Iguaçu		Ind.	Com.	Serv.	Agr.Pec.	Total
1	Céu Azul	58	91	109	64	322
2	Foz do Iguaçu	501	2.544	2.163	99	5.307
3	Itaipulândia	56	73	45	22	196
4	Matelândia	56	138	112	59	365
5	Medianeira	219	484	345	87	1.135
6	Missal	52	113	62	22	249
7	Ramilândia	4	11	8	25	48
8	Santa Terezinha de Itaipu	73	150	92	45	360
9	São Miguel do Iguaçu	123	228	146	114	611
10	Serranópolis do Iguaçu	14	29	16	5	64
11	Vera Cruz do Oeste	20	61	34	48	163
	Total	1.176	3.922	3.132	590	8.820

Fonte IPARDES 2007

Anexo 16

Desempenho do FAMPE 1995-2009

Ano	Quantidade de Operações	Valor Financiado	Valor Garantido	% Garantias	Quant. operações Honradas	Valor Avais Honrados	Valor Avais Recuperados	Perda %	Valor médio p/ operação
1995/1999	9.400	331.341.800	160.545.470	48,45	445	10.709.600	70.280	6,63	17.079
2000	4.258	104.433.543	49.339.020	47,24	341	8.802.391	182.940	17,47	11.587
2001	1.708	62.768.600	25.332.341	40,36	461	11.303.911	280.068	43,52	14.832
2002	1.480	40.939.156	24.749.795	60,46	570	14.355.086	958.535	54,13	16.723
003	647	24.668.403	11.524.582	46,72	389	10.330.671	1.151.000	79,65	17.812
2004	253	11.627.810	4.156.890	35,75	264	5.189.520	1.271.873	94,24	16.430
2005	137	7.832.051	2.301.947	29,39	221	5.447.353	1.437.135	174,21	16.803
2006	398	15.172.066	6.662.511	43,91	85	1.863.635	1.597.140	4,00	16.740
2007	521	23.442.406	12.095.123	51,60	37	643.130	1.469.947	-6,84	23.215
2008	66.634	2.138.010.483	1.652.102.083	77,27	10	147.822	1.871.514	-0,10	24.794
Subtotal	85.436	2.760.236.318	1.948.809.762	70,60	2.823	68.793.119	10.290.432	3,00	22.810
jan. 2009	3.958	133.344.050	102.240.355	76,67	2	45.815	135.793	-0,09	25.831
fev. 2009	4.042	131.356.578	101.934.599	77,60	1	41.567	119.725	-0,08	25.219
mar. 2009	4.958	171.641.385	130.505.731	76,03			88.906	-0,07	26.322
abr. 2009	3.916	136.017.903	103.178.787	75,86			197.996	-0,19	26.348
maio 2009	3.821	129.127.651	98.719.661	76,45			51.360	-0,05	25.836
jun. 2009	4.171	148.962.451	112.399.747	75,46	4	46.918	96.691	-0,04	26.948
jul. 2009	4.016	140.407.959	107.028.866	76,23	1	14.598	106.006	-0,09	26.651
ago. 2009	2.300	71.376.160	55.092.779	77,19	2	13.911	300.688	-0,52	23.953

Total 2009	31.182	1.062.234.137	811.100.525	76,36	10	162.809	1.097.165	-0,12	26.012
Total Geral	116.618	3.822.470.455	2.759.910.287	72,20	2.833	68.955.928	11.387.597	2,09	23.666

Fonte SEBRAE 2009